Proposta da Administração
Assembleia Geral Ordinária de
26 de abril de 2022

ÍNDICE

1 – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO 3
2 - ANEXO I: COMENTÁRIO DOS DIRETORES 8
3 - ANEXO II: PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO 46
4 - ANEXO III: ELEIÇÃO DE MEMBROS PARA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO..... 50
5. - ANEXO IV: INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES..... 62

1 – PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram enviados aos órgãos reguladores e divulgados no site de Relações com Investidores da Companhia (www.terrasantapa.com.br) em 15 de março de 2022.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução nº 480, de 07/12/2009, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários ("Instrução CVM 480"), constam do Anexo I à presente Proposta.

(ii) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos

Conforme indicado nas demonstrações financeiras da Companhia e nos termos do art. 191 da Lei das S.A., o lucro líquido da Companhia apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 38.024.526,59 (trinta e oito milhões, vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e nove centavos), tendo sido integralizado na estrutura de capital para a reorganização societária ocorrida o montante de R$ 17.267.579,29 (dezessete milhões, duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais e vinte e nove centavos), estando à disposição o montante de R$ 20.757.020,79 (vinte milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, vinte reais e setenta e nove centavos), para o qual se propõe a seguinte destinação:

Destinação	Valor (R$)
Reserva Legal	1.037.856,04
Distribuição de dividendos (incluindo o mínimo obrigatório)	19.719.164,75
Total do lucro líquido à disposição	**20.757.020,79**

Propõe-se que a totalidade do lucro líquido à disposição, após a dedução da reserva legal, seja distribuída aos acionistas como dividendos, no montante total de R$19.719.164,75 (dezenove milhões, setecentos e dezenove mil, cento e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), correspondente a R$ 0,204923488 por ação ordinária.

Terão direito aos dividendos propostos os acionistas da Companhia ao final do pregão de 26 de abril de 2022, data da assembleia geral ordinária, sendo que as ações da Companhia serão negociadas "ex" dividendos a partir de 27 de abril de 2022 (inclusive). Os dividendos a serem declarados serão pagos em 5 de maio de 2022.

Para maiores informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido, vide o Anexo II a esta Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pelo "Anexo 9-1-II" da Instrução CVM 481.

(iii) Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia

A Administração propõe que o Conselho de Administração, em caso de eleição pelo voto majoritário ou mediante a adoção do procedimento de voto múltiplo, seja composto por 6 (seis) membros.

(iv) Deliberar acerca da independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia

Nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como membros independentes deve ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral da Companhia.

Os candidatos a conselheiros independentes são: Arlindo de Azevedo Moura e Ricardo Baldin. Para maiores informações sobre os candidatos a conselheiros independentes, vide documento constante do Anexo III desta Proposta, que contém as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

Nos termos do artigo 17, I, do Regulamento do Novo Mercado, a Companhia obteve a declaração dos candidatos indicados acima, na qual atestaram o seu enquadramento nos critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Além disso, o Conselho de Administração da Companhia manifestou-se favoravelmente ao enquadramento dos candidatos listados acima nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

Considerando o exposto acima, a Administração propõe aos acionistas que aprovem, no âmbito da Assembleia Geral Ordinária, o enquadramento de Arlindo de Azevedo Moura e Ricardo Baldin como candidatos a membros independentes do Conselho de Administração.

(v) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia

A Administração propõe os nomes a seguir para compor o Conselho de Administração, com prazo de mandato unificado de 1 (um) ano, que se encerrará na data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia deliberarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Silvio Tini de Araújo
Renato Carvalho de Nascimento
Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes
Julio Cesar de Toledo Piza

Arlindo de Azevedo Moura (membro independente)
Ricardo Baldin (membro independente)

Para maiores informações sobre os candidatos a membros do Conselho de Administração, vide documento constante do Anexo III desta Proposta, que contém as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

A votação dos candidatos acima propostos será feita de forma individual, sendo que os candidatos serão eleitos pelo voto majoritário dos Acionistas.

Os Acionistas representando, no mínimo, 5% do capital social, poderão requerer por escrito à Companhia a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos artigo 3º da Resolução CVM nº 70/22 e do artigo 141 da Lei 6.404/76.

Se validamente requerida a adoção de procedimento de voto múltiplo, a votação será feita de forma individual, e serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos forem os cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia, sendo permitido ao Acionista o direito de acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.

Os Acionistas que pretendam requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverão fazê-lo por escrito à Companhia, até as 15:00 horas do dia 24 de abril de 2022, por meio do endereço de e-mail ri@terrasantapa.com.br (assunto: "Voto Múltiplo AGO 2022") ou mediante correspondência entregue na sede da Companhia localizada na Praça General Gentil Falcão, 108 - 8º andar - cj 81 sala 4, CEP: 04571-150, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cuidados de "José Humberto Prata Teodoro Jr – Diretoria de Relação com Investidores – Voto Múltiplo AGO 2022".

(vi) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia referente ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Administração da Companhia propõe a fixação da remuneração global dos administradores (compreendendo Conselho de Administração e Diretoria) referente ao período entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022 no valor total de até R$ 7.019.435,43, incluindo remuneração fixa, variável e baseada em ações.

Os valores de remuneração dos administradores estão alinhados à remuneração praticada no mercado, de forma a manter a sua competitividade em atrair e reter os seus Administradores-chave.

Comparativamente ao valor da remuneração global para o exercício de 2021 aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021 (R$ 9.022.423,91), o valor efetivamente realizado foi de R$ 4.166.778,38, significativamente inferior ao aprovado em Assembleia.

Quando da aprovação da remuneração global para o exercício de 2021, em dezembro de 2021, havia a intenção de liquidar financeiramente as outorgas oriundas do plano de incentivo ao alinhamento estratégico de longo prazo ("Plano de Incentivo"), o que não se realizou. Não obstante, houve o reconhecimento pelo critério de competência das parcelas vencidas do plano de incentivo de 2021. Além disso, a proposta de remuneração contemplou valores de remuneração apenas para o período de julho a dezembro de 2021.

Para o exercício social de 2022, o valor da remuneração global proposta é de R$ 7.019.435,43 milhões, de modo a incluir a liquidação das tranches do Plano de Incentivo vincendas em 2022, bem como os reconhecimentos contábeis pelo critério da competência, acrescida da remuneração da administração para o exercício social de 2022.

Para mais informações sobre esta proposta de remuneração global e a remuneração da administração, vide o Anexo IV, que contém as informações referentes ao item 13 do Formulário de Referência.

(vii) Instalação do Conselho Fiscal.

Apesar de não constar na ordem do dia da AGO, o artigo 4º da Resolução CVM 70/22, faculta aos acionistas que representem, no mínimo, 2% do total de ações com direito a voto de emissão da Companhia, solicitar a instalação do Conselho Fiscal. Neste sentido, por exigência legal, o Boletim de Voto a Distância contém a seguinte pergunta simples:

"Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976? (Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se", suas ações não serão computadas para fins de requerimento de instalação do conselho fiscal)

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se"

A Companhia sugere que os acionistas votem "não" ou "abster-se" quanto à solicitação da instalação desse órgão, por entender que o Comitê de Auditoria Estatutário, aderente à Resolução CVM 23/21, que tem como missão assegurar a operacionalização dos processos de auditoria interna e externa, dos mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio, já desempenha adequadamente as funções de fiscalização, dispensando a instalação do Conselho Fiscal, o que resultaria em aumento de custos sem benefícios claros.

Até o momento, a Administração informa que não houve solicitação de inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto a Distância, conforme permitido nos termos da Instrução CVM 481.

Dessa forma, os acionistas que optarem pela entrega do boletim de voto a distância não terão condição de conhecer os nomes, currículos e outras informações relevantes de eventuais candidatos que venham a ser indicados posteriormente, até mesmo na própria Assembleia Geral, bem como de

participar da eleição, caso acionistas titulares de, no mínimo, 2% do total de ações com direito a voto de emissão da Companhia votem a favor do pedido de instalação do Conselho Fiscal (considerando a soma dos votos presenciais e a distância).

Assim, para evitar o risco de que os acionistas que optarem pelo voto a distância inadvertidamente contribuam para a eleição de candidatos (i) indicados e apoiados por acionistas detentores de percentual ínfimo ou minimamente representativo do capital, e/ou (ii) cujos nomes e currículos e outras informações relevantes para uma decisão informada não tenham sido divulgados quando do preenchimento do Boletim de Voto a Distância, sem prejuízo ao disposto no artigo 21-L da Instrução CVM 481, a Administração sugere que os acionistas que optarem pelo voto a distância votem "não" ou "abster-se" na resposta a esta pergunta.

* * *

2 - ANEXO I: COMENTÁRIO DOS DIRETORES
(Item 10 do Formulário de Referência)

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras combinadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras combinadas sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras combinadas para (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 2018; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras combinadas; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras combinadas ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Para informações a respeito dos efeitos da pandemia do COVID-19 nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total foi de 0,45 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 23.215 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2021 totalizava R$ 84.859 mil.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um ativo circulante total de R$ 43.065 mil, sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$34.198 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2020, totalizava R$ 9.501 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um ativo circulante total de R$ 13.884 mil, sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$426 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2019, totalizava R$ 1.493 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía um ativo circulante total de R$ 30.260 mil sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$7.616 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2018, totalizava R$ 5.164 mil.

Indicadores Financeiros

A seguir, são apresentados os principais indicadores de liquidez:

	Em 31 de dezembro			
Índices de Liquidez	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Índice de Liquidez Corrente				
(Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,11	4,53	9,29	5,85
Índice de Liquidez Geral				
(Ativo Total/Passivo Total)	3,21	7,24	10,79	10,97
Índice de Liquidez Total				
(Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido)	0,45	0,16	0,10	0,10

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso índice de liquidez corrente (ativo circulante /passivo circulante) foi de 1,11x, contra 4,53x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 9,29x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 5,85 apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução é resultado do aporte das dívidas da Terra Santa Agro na TS Brasil por conta da reorganização societária fruto da operação com a SLC Agrícola.

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso índice de liquidez geral (ativo total/passivo total) foi de 3,21x, contra 7,24x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 10,79x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 10,97 apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. O Índice demonstra a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos, uma vez que seus ativos superam seus passivos.

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso índice de liquidez total (passivo circulante + não circulante/ patrimônio líquido) foi de 0,45x, contra 0,16x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e 0,10x nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Em 2019 e 2018, esse índice foi inferior pois a Companhia possuía a conta de empréstimos e financiamentos praticamente zeradas. Em 2021, com a reestruturação societária da Terra Santa Agro, foi realizado aporte de dívidas da TS Brasil.

Adicionalmente, a Companhia possui empréstimos e financiamentos que estão garantidos em alienação fiduciária de bens imóveis com terras registradas em seu patrimônio e de suas controladas no valor total de R$ 67.366 mil.

(b) Estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			
	2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	314.572	103.937	78.167	75.063
Capital próprio (patrimônio líquido)	696.064	648.670	765.376	748.466
Capital total (terceiros + próprio)	**1.010.636**	**752.607**	**843.543**	**823.529**
Parcela de capital de terceiros	31,1%	13,8%	9,3%	9,1%
Parcela de capital próprio	68,9%	86,2%	90,7%	90,9%

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$ 696.064 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R$ 314.572 mil, ou seja, 31,1% de capital de terceiros e 68,9% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$648.670 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R$ 103.937 mil, ou seja, 13,8% de capital de terceiros e 86,2% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$765.376 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R$ 78.167 mil, ou seja, 9,3% de capital de terceiros e 90,7% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$748.466 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R$ 75.063 mil, ou seja, 9,1% de capital de terceiros e 90,9% de capital próprio.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2021 eram de 3,21 e 1,11, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía aproximadamente R$ 72.367 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. Nesta data não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos quatro últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos,

despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo apresenta o nível de endividamento relevante da Companhia em vigor em 31 de dezembro de 2021:

		Custo médio ponderado	Controladora	Consolidado
Modalidade	**Indexador**	**Taxa de juros**	**2021**	**2021**
Moeda Nacional				
Aquisição de Imobilizado	R$	3,50% a.a.		939
Crédito à Exportação	R$	12,40% a.a.	26.166	26.166
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R$	14,80% a.a.	45.262	45.262
Total		13,79% a.a.	71.428	72.367

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2021:

Contrato	Contraparte	Data Contratação	Data Vencimento	Moeda	Captação R$	Indexador	Custo Total	Saldo Balanço (Data Base 31/03/2021)	Garantia
40.011-14	ABC PPE	10/07/2014	17/10/2022	Reais	22.120.000,00	CDI + 3%	12,4%	26.166.632	Fiança Nota promissória AF de imóvel
1032678	Santander CCE	08/12/2020	05/12/2022	Reais	20.988.485,00	12%	12,0%	14.092.029	AF de imóvel
1034761	Santander CCE	08/03/2021	13/03/2023	Reais	10.000.000,00	13,60%	13,6%	10.393.740	Aval
40.00535-6	Banco do Brasil	15/01/2014	16/01/2023	Reais	3.387.420,00	3,50%	3,5%	938.773	Fiel depositário AF de imóvel
0317/20	Pine CCE	28/09/2020	28/09/2023	Reais	13.000.000,00	CDI + 7,4424%	17,3%	9.972.400	Garantidor Nota promissória AF de imóvel
0132/18	Pine CCE	25/05/2018	28/09/2023	Reais	27.000.000,00	CDI + 7,4424%	17,3%	10.803.433	Garantidor Nota promissória AF de imóvel

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os contratos celebrados com o Banco Santander, dívidas tomadas pela Terra Santa Agro que foram transferidas à Companhia no âmbito da Reorganização Societária, possuem as seguintes restrições: (i) *covenants* financeiros com limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado; e (ii) manutenção de participação mínima de determinados acionistas da Companhia à época.

Em complemento, consigna-se, nos termos dos contratos celebrados com o Banco Santander, que os termos "Dívida Financeira Líquida" e "EBITDA Ajustado" adotam as seguintes definições:

"**Dívida Financeira Líquida":** significa a soma de todas as obrigações financeiras (empréstimos bancários, *floor plan* e *seller finance*), sejam elas de curto ou longo prazo, e deste montante devem ser deduzidas as disponibilidades (caixas e aplicações financeiras líquidas – 365 dias).

"EBITDA Ajustado": significa, para qualquer período, EBITDA do respectivo período ajustado para (a) excluir os efeitos dos seguintes itens para tal período: (i) qualquer variação no valor ajustado no mercado de ativos biológicos; (ii) qualquer variação na receita operacional líquida resultante da contabilidade do *hedge* adotado pela Companhia e suas subsidiárias de acordo com GAAP; e (iii) qualquer disparidade dos recebidos e taxas de crédito da Companhia e suas subsidiárias listadas no Anexo ao contrato; e (b) inclusos os efeitos de qualquer receita ou despesa para o respectivo período resultados de (i) transações derivadas de qualquer contrato de câmbio estrangeiro, contrato ou acordo de troca de moeda estrangeira, ou outro contrato ou acordo similar, celebrado a fim de proteger o risco cambial da Companhia e suas subsidiárias, e (ii) quaisquer variações cambiais que são refletidas nas demonstrações de resultados consolidados da Companhia relacionadas às contas a receber ou contas a pagar da Companhia e suas subsidiárias em razão de qualquer diferença entre a data de faturamento relevante e a data de pagamento.

A tabela a seguir apresenta as medições de tais *covenants* realizadas nos três últimos exercícios sociais:

Indicadores nos termos deste contrato	**Exercício social encerado em**			
(em R$ milhares, exceto %)	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado igual ou inferior a 5,2 vezes	**-0,57**	**-0,68**	**-0,02**	**-0,11**
Dívida Financeira Líquida	-49.152	-34.198	-426	-3.467
EBITDA Ajustado	86.212	49.950	30.794	33.756

Ademais, não há outras restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, além das descritas acima.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos acima nos termos repactuados.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em R$ mil, exceto %)	**31/12/2021**	**AV**	**31/12/2020**	**AV**	**AH**
Receita líquida de vendas de produtos agrícolas	73.850	100%	52.070	100%	42%
Receita de arrendamento	30.417	41%	-		-
Custos dos produtos vendidos	-7.140	-10%	-4.044	-8%	77%
Lucro bruto	**97.127**	132%	**48.026**	92%	102%
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-14.309	-19%	-1.314	-3%	989%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-7.543	-10%	1.612	3%	-568%

Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	-	-	-		-
Receitas (despesas) operacionais	-21.852	-30%	298	1%	-7433%
Lucro operacional	**75.275**	102%	**48.324**	93%	56%
Receitas financeiras	2.606	4%	7.884	15%	-67%
Despesas financeiras	-17.552	-24%	-415	-1%	4129%
Variações cambiais, líquidas	255	0%	-		-
Resultado financeiro	**-14.691**	-20%	**7.469**	14%	-297%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	60.584	82%	55.793	107%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-6.135	-8%	-		-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-16.425	-22%	-19.080	-37%	-14%
Lucro líquido do período	**38.024**	51%	**36.713**	71%	4%

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas de produtos agrícolas e receita de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 104.267 mil comparativamente a R$ 52.070 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de 100%.

A receita líquida em 31 de dezembro de 2021, compreende as receitas de contratos com clientes, as quais foram originadas na venda de produtos agrícolas produzidos em regime de parceria agrícola, e as receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agrícolas a partir de 1º de setembro de 2021 e que representa o novo modelo de negócio do Grupo.

Custos de produtos vendidos

Custos de produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 7.140 mil comparativamente a R$ 4.044 mil no exercício de 2020, o que representou uma variação 77%.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 97.127 mil comparativamente a R$ 48.026 mil em 2020, o que representou uma variação de 102%. O Lucro bruto representou 97% e 98% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 14.309 mil comparativamente a R$ 1.314 mil no exercício de 2020, o que representou uma variação de 989%. Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem representaram -14% e -2% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020,

respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a contratações de prestações de serviços, remuneração dos administradores e despesas com pessoal, com o início das atividades da TSPA no ano de 2021, onde no ano de 2020 a TS Brasil possuía somente despesas referentes ao manejo da madeira e depreciações.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ (7.543) mil comparativamente a R$ 1.612 mil no exercício de 2020. Outras receitas (despesas) líquidas representaram -15% e 31% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esse aumento é atribuído substancialmente a alguns fatores, como baixas do ativo imobilizado de acordo com o inventário, depreciação e contingências.

Lucro operacional

Lucro operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 75.275 mil comparativamente a R$ 48.324 mil em 2020, o que representou uma variação de R$ 26.951 mil ou 56%. Lucro operacional representou 38% e 7% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esse aumento é atribuído substancialmente às receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agrícolas a partir de 1º de setembro de 2021 e que representa o novo modelo de negócio do Grupo.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R$ 2.606 mil comparativamente a R$ 7.884 mil em 2020, o que representou uma variação de -R$ 5.278 mil ou -67%. Receitas financeiras representaram 2% e 15% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Essa variação refere-se substancialmente aos juros de partes relacionadas com a Terra Santa Agro , em 31 de dezembro de 2020 havia contrato de mutuo entre as empresas.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R$ 17.552 mil, comparativamente a R$ 415 mil em 2020, o que representou uma variação de R$ 17.137 mil ou 4.129%. Despesas financeiras representaram -17% e -1% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esse aumento é atribuído aos juros de financiamentos em 31 de dezembro de 2020, quando a companhia não possuía financiamentos, pela atualização monetária de contingencia, pelo Break of found fee, pelos juros referente ao adiantamento de arrendamento e pelo IOF.

Variações cambiais, líquidas

Variações cambiais, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R$ 255 mil comparativamente a R$0 mil em 2020, o que representou uma variação de R$ 255 mil. Variações cambiais, líquidas representaram 0% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de -R$ 14.691 mil comparativamente a R$ 7.469 mil em 2020, o que representou uma variação de -R$ 22.160 mil ou --297%. Resultados financeiros representaram -14% e 14% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esse aumento é atribuído aos juros de financiamentos em 31 de dezembro de 2020 a companhia não possuía financiamentos, pela atualização monetária de contingência, pelo Break of found fee, pelos juros referentes ao adiantamento de arrendamento e pelo IOF.]

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 60.584 mil comparativamente a R$ 55.793 mil em 2020, o que representou uma variação de R$ 4.791 mil ou 9%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 58% e 107% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente pelo diferimento do prejuízo fiscal e acordo de associação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$16.425 mil comparativamente a R$ 19.080 mil em 2020, o que representou uma variação de -R$ 2.655 mil ou -14%. Imposto de renda e contribuição social diferidos representaram -16% e -37% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente pelo diferimento do prejuízo fiscal e acordo de associação.

Lucro líquido do período

Lucro líquido do período no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 38.024 mil comparativamente a R$ 36.713 mil em 2020, o que representou uma variação de R$ 1.311 mil ou 4%. O lucro líquido do período representou 36% e 71% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. No exercício findo em 31 de setembro de 2021, a TESA (ainda na condição de controladora do Grupo) individualmente representou 100% das vendas realizadas. A partir de 1º de setembro de 2021, as receitas de arrendamento operacional foram 100% obtidas com a TESA, já operando com controladores diferentes.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Receita líquida de vendas	52.070	100%	35.923	100%	45%
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-	-	-239	-1%	-100%
Custos dos produtos vendidos	-4.044	-8%	-3.948	-11%	2%
Lucro bruto	**48.026**	**92%**	**31.736**	**88%**	**51%**
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-1.314	-3%	-2.436	-7%	-46%

Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	-166	0%	239	1%	-169%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.778	3%	-12.385	-34%	-114%
Receitas (despesas) operacionais	298	1%	-14.582	-41%	-102%
Lucro operacional	**48.324**	**93%**	**17.154**	**48%**	**182%**
Receitas financeiras	7.884	15%	12.784	36%	-38%
Despesas financeiras	-415	-1%	-1.840	-5%	-77%
Variações cambiais, líquidas	-		-96	0%	-100%
Resultado financeiro	**7.469**	**14%**	**10.848**	**30%**	**-31%**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	55.793	107%	28.002	78%	99%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-		-1.282	-4%	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-19.080	-37%	-9.573	-27%	99%
Lucro líquido do exercício	**36.713**	**71%**	**17.147**	**48%**	**114%**

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$52.070 mil comparativamente a R$35.923 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$16.147 mil ou 45%. Este aumento é atribuído substancialmente à maior receita de soja no período, decorrente de 29% a mais de volume com preço 12% maior quando comparados a igual período do ano anterior.

Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas

Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$0 mil comparativamente a -R$239 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$239 mil. Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas representou 0% e -1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à ausência de estoque disponível para venda no período de 2020.

Custos de produtos vendidos

Custos de produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$4.044 mil comparativamente a R$3.948 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$96 mil ou 2%. Custos de produtos vendidos representou -8% e -11% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. O Custo do produto vendido na Companhia é representado substancialmente pela depreciação dos ativos, apresentando estabilidade.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$48.026 mil comparativamente a R$31.736 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$16.290 mil ou 51%. Lucro bruto representou 92% e 88% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior comercialização de soja em 2020.

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$1.314 mil comparativamente a R$2.436 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R$1.122 mil ou -46%. Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem representou -3% e -7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a atualizações das provisões de honorários advocatícios referente a contingências tributarias realizadas no período.

Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis

Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de -R$166 mil comparativamente a R$239 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R$405 mil ou -169%. Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis representou 0% e 1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao aumento de provisões de perdas com clientes.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$1.778 mil comparativamente a -R$12.385 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$14.163 mil ou 114%. Outras receitas (despesas) líquidas representou 3% e -34% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a ajuste do valor de terras para exploração em 2019.

Receitas (despesas) operacionais

Receitas (despesas) operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$298 mil comparativamente a -R$14.582 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$14.880 mil ou 102%. Receitas (despesas) operacionais representou 1% e -41% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a variação das contas da linha outras receitas (despesas) líquidas no montante de R$14.163 mil, conforme descrito a seguir e na tabela abaixo: (i) baixas de ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020 R$ 6 mil (em 31 de dezembro de 2019 R$ 18.587 mil); (ii) resultado positivo na alienação de terras R$ 6.155 mil em 31 de dezembro de 2019; (iii) recuperação de despesas em 31 de dezembro de 2020 R$ 1.813 mil (em 31 de dezembro de 2019 R$402 mil); (iv) provisão para contingências em 31 de dezembro de 2020 R$14 mil (em 31 de dezembro de 2019 R$284 mil) e (v) outras despesas em 31 de dezembro de 2020 R$15 mil (em 31 de dezembro de 2019 R$71 mil).

Lucro operacional

Lucro operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$48.324 mil comparativamente a R$17.154 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$31.170 mil ou 182%. Lucro operacional representou 93% e 48% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior receita de soja em 2020 e a variação nas contas da linha outras receitas (despesas) líquidas decorrentes substancialmente de baixa de ativo imobilizado, cujo valor foi de R$ 6 mil em 31 de dezembro de 2020 e R$ 18.587 mil em 31 de dezembro de 2019.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$7.884 mil comparativamente a R$12.784 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R$4.900 mil ou -38%. Receitas financeiras representou 15% e 36% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à redução do saldo devedor de mútuo.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$415 mil comparativamente a R$1.840 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R$1.425 mil ou -77%. Despesas financeiras representou -1% e -5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação refere-se a juros de ITR de 2014 a 2017 e à variação monetária realizada na venda de ativo imobilizado.

Variações cambiais, líquidas

Variações cambiais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$0 comparativamente a um prejuízo de R$96 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$96 mil. Variações cambiais, líquidas representou 0% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à variação cambial de empréstimos que foram liquidados em 2020.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$7.469 mil comparativamente a R$10.848 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R$3.379 mil ou -31%. Resultado financeiro representou 14% e 30% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à redução da Receita Financeira atribuída a mudança de critério de cobrança entre juros entre partes relacionadas.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$55.793 mil comparativamente a R$28.002 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$27.791 mil ou 99%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 107% e 78% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior receita de soja no período e a variação da linha de outras receitas (despesas) líquidas.

Imposto de renda e contribuição social do exercício

Imposto de renda e contribuição social do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$0 mil comparativamente a R$1.282 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R$1.282 mil. Imposto de renda e contribuição social do exercício representou 0% e -4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a que em 2019 houve resultado na alienação de imobilizado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$19.080 mil comparativamente a R$9.573 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$9.507 mil ou 99%. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos representaram -37% e -27% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social do período.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$36.713 mil comparativamente a R$17.147 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$19.566 mil ou 114%. Lucro líquido do exercício representou 71% e 48% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à maior receita de soja no período e à variação da linha de outras receitas (despesas) líquidas.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Receita líquida de vendas	35.923	100%	43.603	192%	-18%
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-239	-1%	-963	-4%	-75%
Custos dos produtos vendidos	-3.948	-11%	-7.079	-31%	-44%
Lucro bruto	**31.736**	**88%**	**35.561**	**157%**	**-11%**
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-2.436	-7%	-2.878	-13%	-15%
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	239	1%	-175	0%	-237%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-12.385	-34%	-3.999	-9%	210%
Receitas (despesas) operacionais	-14.582	-41%	-7.052	-31%	107%
Lucro operacional	**17.154**	**48%**	**28.509**	**126%**	**-40%**
Receitas financeiras	12.784	36%	9.651	43%	32%
Despesas financeiras	-1.840	-5%	-1.915	-8%	-4%
Variações cambiais, líquidas	-96	0%	-8	0%	1100%
Resultado financeiro	**10.848**	**30%**	**7.728**	34%	40%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	28.002	78%	36.237	160%	-23%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-1.282	-4%	-		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-9.573	-27%	-13.563	-60%	-29%
Lucro líquido do exercício	**17.147**	**48%**	**22.674**	**100%**	**-24%**

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$35.923 mil, comparativamente a R$43.603 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R$7.680 mil ou -18%. Esta redução é atribuída substancialmente à menor receita de soja no período, decorrente de 12% a menos de volume com preço 7% menor quando comparados a igual período do ano anterior.

Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas

Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de -R$239 mil comparativamente a -R$963 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$724 mil ou 75%. Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas representou -1% e -2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à variação do estoque de passagem entre períodos.

Custos de produtos vendidos

Custos de produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$3.948 mil comparativamente a R$7.079 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R$3.131 mil ou -44%. Custos de produtos vendidos representou -11% e -16% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. O Custo do produto vendido na Companhia é representado substancialmente pela depreciação dos ativos.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$31.736 mil, comparativamente a R$35.561 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R$3.825 mil ou -11%. Lucro bruto representou 88% e 82% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a queda da receita de soja comercializada no período.

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$2.436 mil comparativamente a R$2.878 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R$442 mil ou -15%. Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem representou -7% e -7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à redução de pessoal devido às transferências de controle das algodoeiras para Terra Santa Agro e à avaliação que identificou recuperabilidade em créditos de impostos.

Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis

Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$239 mil comparativamente a -R$175 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$414 mil. Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis representou 1% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de -R$12.385 mil comparativamente a um prejuízo de -R$3.999 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$8.386 mil ou 210%. Outras receitas (despesas) líquidas representou -34% e -10% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído a diminuição da receita de soja no período.

Receitas (despesas) operacionais

Receitas (despesas) operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de -R$14.582 mil comparativamente a -R$7.052 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$7.530 mil ou 107%. Receitas (despesas) operacionais representaram -41% e -16% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído a ajuste do ativo imobilizado (áreas agrícolas).

Lucro operacional

Lucro operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$17.154 mil comparativamente a R$28.509 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R$11.355 mil ou -40%. Lucro operacional representou 48% e 65% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à diminuição da receita de soja no período e a variação da linha de outras receitas (despesas) operacionais.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R$12.784 mil comparativamente a R$9.651 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$3.132 mil ou 32%. Receitas financeiras representaram 36% e 22% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a juros ativos sobre contratos de mútuo no período.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R$1.840 mil comparativamente a R$1.915 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R$75 mil ou -4%. Despesas financeiras representou -5% e -4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a que houve adesão a parcelamento de tributos em 2019, que diminuiu a despesa com pagamento de tributos em atraso.

Variações cambiais, líquidas

Variações cambiais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de -R$96 mil comparativamente a -R$8 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$88 mil ou 1.100%. Variações cambiais, líquidas representou 0% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de captação de dívidas em moeda estrangeira no período.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$10.848 mil comparativamente a R$7.728 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$3.120 mil ou 40%. Resultado financeiro representou 30% e 18% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a juros ativos sobre contratos de mútuo no período.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$28.002 mil comparativamente a R36.237 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R$8.235 mil ou -23%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 78% e 83% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à menor receita de soja no período.

Imposto de renda e contribuição social do exercício

Imposto de renda e contribuição social do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$1.282 mil comparativamente a R$0 no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$1.282 mil. Imposto de renda e contribuição social do exercício representou -4% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao imposto relativo à venda de área agrícola.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$9.573 mil comparativamente a R$13.563 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R$3.990 mil ou -29%. Imposto de renda e contribuição social diferidos representou -27% e -31% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à diminuição do lucro, decorrente de menor receita de soja no período.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$17.147 mil comparativamente a R$22.674 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R$5.527 mil ou -24%. Lucro líquido do exercício representou 48% e 52% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à diminuição da receita de soja no período

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2021 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
ATIVO											
Circulante	**94.086**	**9%**	**48.775**	**6%**	**13.884**	**2%**	**30.260**	**4%**	**93%**	**251%**	**-54%**
Caixa e equivalentes de caixa	23.215	2%	34.198	5%	426	0%	7.616	1%	-32%	7928%	-94%
Contas e receber de clientes	32.326	3%	5	0%	176	0%	135	0%	646420%	-97%	30%
Títulos a receber	29.348	3%	398	0%	2.536	0%	15.757	2%	7274%	-84%	-84%
Estoques	2	0%	1.815	0%	20	0%	2.560	0%	-100%	8975%	-99%
Tributos a recuperar	4.589	0%	6.564	1%	10.417	1%	3.991	0%	-30%	-37%	161%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.258	0%	5.710	1%					-25%	-	-
Despesas antecipadas	348	0%	85	0%	131	0%	191	0%	309%	-35%	-31%
Outros ativos		91%		94%	178	0%	10	0%	-	-100%	1680%
Não Circulante	**54.331**	**9%**	**74.728**	**6%**	**196.641**	**23%**	**138.657**	**17%**	**-27%**	**-62%**	**42%**
Títulos a receber	34.027	3%		0%	-		7	0%	-	-	-
Tributos a recuperar	17.622	2%	19.472	3%	24.661	3%	33658	4%	-10%	-21%	-27%
Tributos diferidos	2.555	0%		0%	-		-		-	-	-
Mútuo com partes relacionadas		0%	55.237	7%	171.961	20%	86.502	11%	-100%	-68%	99%
Depósitos judiciais	127	0%	19	0%	19	0%	18.490	2%	568%	0%	-100%
Propriedades para investimento	**811.605**	**80%**		**0%**	**-**		**-**		**-**	**-**	**-**
Imobilizado	**50.614**	**5%**	**629.104**	**84%**	**633.017**	**75%**	**654.610**	**79%**	**-92%**	**-1%**	**-3%**
Intangível	**-**		**-**		**1**	**0%**	**2**	**0%**	**-**	**-**	**-50%**

Total do Ativo	**1.010.636**	**100%**	**752.607**	**100%**	**843.543**	**100%**	**823.529**	**100%**	**34%**	**-11%**	**2%**
PASSIVO											
Circulante	**84.859**	**17%**	**9.501**	**1%**	**1.493**	**0%**	**5.164**	**1%**	**793%**	**536%**	**-71%**
Salários e contribuições sociais	-		12	0%	16	0%	37	0%	-	-25%	-57%
Fornecedores	-		17	0%	31	0%	4	0%	-	-45%	675%
Tributos a recolher	-		374	0%	271	0%	355	0%	-	38%	-24%
Adiantamento de clientes	3.623		-		28	0%	2.060	0%	-	-	-99%
Empréstimos e financiamentos	59.087	6%		0%	-		1.087	0%	-	-	-
Tributos parcelados	228	0%	1.114	0%	1.080	0%	1.582	0%	-80%	3%	-32%
Dividendos a pagar	4.930	0%	7.954	1%	-		-		-38%	-	-
Títulos a pagar	7.653	1%	30	0%	67	0%	39	0%	25410%	-55%	72%
Tributos sobre o lucro a recolher	4.654	0%		0%	-		-		-	-	-
Outros tributos a recolher	4.173	0%	374	0%	-		-		1016%	-	-
Outras obrigações	511	0%	29	0%	-		-		1662%	-	-
Passivo não circulante	**229.713**	**23%**	**94.436**	**13%**	**76.674**	**9%**	**69.899**	**8%**	**143%**	**23%**	**10%**
Empréstimos e financiamentos	13.280	1%		0%	-		3.062	0%	-	-	-
Tributos parcelados	264	0%	2.429	0%	2.683	0%	2.704	0%	-89%	-9%	-1%
Adiantamentos de clientes	67.634	7%		0%					-	-	-
Títulos a pagar	1.218	0%	414	0%	1.491	0%	1.491	0%	194%	-72%	0%
Tributos diferidos	114.501	11%	91.295	12%	72.215	9%	62.642	8%	25%	26%	15%
Provisão para contingências	32.816	3%	298	0%	285	0%	-		10912%	5%	-
Total do Passivo	**314.572**	**31%**	**103.937**	**14%**	**78.167**	**9%**	**75.063**	**9%**	**203%**	**33%**	**4%**
Capital social	673.588	67%	397.390	53%	542.855	64%	898.778	109%	70%	-27%	-40%

Reservas de capital		0%	9.703	1%	9.703	1%	9.703	1%	-100%	0%	0%
Reservas de lucro	15.827	2%	27.398	4%	-		-		-42%	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	6.649	1%	214.179	28%	214.922	28%	225.037	27%	-97%	0%	-4%
Prejuízos acumulados	-		-		-2.104		-385.052	-47%	-	-	-99%
Total patrimônio líquido	**696.064**	**72%**	**648.670**	**86%**	**765.376**	**91%**	**748.466**	**91%**	**7%**	**-15%**	**2%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.010.636**	**100%**	**752.607**	**100%**	**843.543**	**100%**	**823.529**	**100%**	**34%**	**-11%**	**2%**

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R$ 94.086 mil, em comparação com R$ 48.775 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 11% em 31 de dezembro de 2021 e 15% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 45.311 mil, equivalente a 93%, decorreu, principalmente em razão das variações abaixo descritas:

- redução da conta de caixa e equivalentes de caixa, de R$34.198 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 23.215 mil em 31 de dezembro de 2021, explicada pela aplicação de recursos na operação de mútuo com parte relacionada e saldo de mútuo subsequentemente utilizado na compra de ativos com a mesma parte relacionada, bem como pagamento de empréstimos.

- incremento de R$ 32.321 mil no saldo de contas a receber de clientes, que passou de R$ 5 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 32.326 mil em 31 de dezembro de 2021. Tal variação decorre do saldo de contas a receber oriundo do faturamento do arrendamento, em 31 de dezembro de 2020 se tratava do recebimento da partilha da produção agrícola de sua controladora à época (Terra Santa Agro), estava no início da colheita da soja.

- incremento de R$ 28.950 mil no saldo de títulos a receber de clientes, que passou de R$ 0,3 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 29.348 mil em 31 de dezembro de 2021. Tal variação decorre de títulos originados em operações realizadas entre a TESA e terceiros para o recebimento do instrumento financeiro em período superior a noventa dias

- diminuição de R$ 1.813 mil no saldo de estoques, que passou de R$1.815 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 2 mil em 31 de dezembro de 2021. A companhia deixa de possuir produto agrícola na operação, dessa forma em 31 de dezembro de 2021 o saldo remanescente se trata apenas de EPI.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R$ 54.331 mil, em comparação com R$ 74.728 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 5% em 31 de dezembro de 2021 era de 10% em 31 de dezembro de 2020. Esta redução, de R$ 20.397 mil, decorreu, principalmente, em razão da diminuição de R$ 55.237 mil no saldo de partes relacionadas, devido a liquidação do saldo de mútuos entre as duas empresas devido a reorganização societária e em contrapartida em 31 de dezembro de 2021 temos o saldo de R$ 34.027 referente aos títulos a receber do acordo de associação.

Imobilizado e Propriedades para investimento

Em 31 de dezembro de 2021, o imobilizado era de R$ 50.614 mil, em comparação com R$ 629.104 mil em 31 de dezembro de 2020.

Até 31 de julho de 2021, o ativo imobilizado consolidado incluía o custo atribuído de terras no montante de R$ 356.179, originado na TESA, com a aquisição da Maeda S.A. Agroindustrial, em 23 de dezembro de 2010 e, posteriormente incorporada na controlada TS Brasil, e na Vanguarda Participações S.A. em 6 de setembro de 2011, o qual foi aportado na TS Brasil, quando essas entidades eram mantidas sob o controle comum da TESA. Em 1º de setembro de 2021, essas terras deixaram de ser utilizadas em contratos de parceria agrícola e foram objeto de contrato de arrendamento com a antiga controladora da Companhia, passando a ser classificadas como Propriedades para investimento, nas demonstrações financeiras consolidadas.

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com contratos de arrendamento. As propriedades para investimento estão mensuradas ao custo histórico dos ativos adquiridos ou integralizados na controlada. A mensuração das propriedades para investimento da Companhia e de sua controlada inclui o montante do custo atribuído às referidas propriedades.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R$ 84.859 mil, em comparação com R$ 9.501 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo, o passivo circulante era de 8% em 31 de dezembro de 2021 e 1% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 75.358 mil, decorreu, principalmente, do aporte das dívidas da Terra Santa Agro na TS Brasil devido a reorganização societária na Terra Santa por conta da negociação com a SLC Agrícola:

- incremento de 59.087 mil, no saldo de empréstimos e financiamentos que passou de R$ 0 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 59.087 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse incremento é explicado pelo aporte das dívidas da Terra Santa Agro na TS Brasil devido a reorganização societária na Terra Santa por conta da negociação com a SLC Agrícola.

- diminuição de R$ 3.024 mil, no saldo de dividendos a pagar, que passou de R$ 7.954 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 4.930 mil em 31 de dezembro de 2021. O cálculo reflete os dividendos obrigatórios no lucro obtido no exercício de 2021, excluindo o valor integralizado ao capital social na reorganização societária.

- incremento de R$ 3.623 mil referente a adiantamento de clientes onde a TS Brasil recebeu adiantamentos da TESA em razão dos contratos de arrendamento firmados, com duração de 20 anos, e estimativa de finalização em agosto de 2041. A administração entende que esses adiantamentos possuem um componente de financiamento significativo, uma vez que está recebendo à vista os fluxos

de caixa de longo prazo, caracterizando-se como um passivo de contrato. Dessa forma, esses adiantamentos são atualizados com base na taxa de juros média de captação da Companhia e de sua controlada apurada na data do adiantamento, e serão deduzidos dos pagamentos anuais devidos pela TESA, de forma linear durante o prazo de duração dos contratos

- incremento de R$ 7.623 mil, no saldo de títulos a pagar, que passou de R$ 30 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 7.653 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse incremento é explicado por R$ 4.309 de dívida migrada e recepcionada pela Companhia, correspondente a outorga realizada pela TESA à executivo da Companhia, R$ 3.071 referente a títulos originados em operações realizadas entre a TESA e terceiros para o pagamento com a entrega de instrumentos financeiros, em período inferior a um ano e, portanto, avaliado pela administração como não contendo nenhum elemento de financiamento. Como consequência, os títulos a pagar não foram ajustados pelo valor do dinheiro no tempo. E o montante de R$ 1.352 referente a honorários advocatícios e R$ 139 referente a outros títulos a pagar.

- incremento de R$ 3.799 mil, no saldo de outros tributos a recolher, que passou de R$ 374 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 4.173 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse incremento é explicado por valores de impostos apurados no fechamento do exercício decorrentes das operações da Companhia, sendo para 2021 IOF no montante de R$ 2.208, IRRF no montante de R$ 967 mil, Pis/Cofins no montante de R$ 952 mil e R$ 46 referente a outros.

- incremento de R$ 482 mil, no saldo de outras obrigações, que passou de R$ 29 mil em 31 de dezembro de 2020 para R$ 511 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse incremento é explicado por R$ 254 mil de bônus retention, R$ 107 de Férias, R$ 100 de INSS, R$ 21 de encargos sobre férias.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R$229.713 mil, em comparação com R$94.436 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 23% em 31 de dezembro de 2021 e 13% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R$ 135,277 mil decorreu, principalmente, em razão do recebimento do adiantamento de arrendamento R$67.634, aumento no saldo de tributos diferidos R$ 23.206, esse aumento dos tributos diferidos deve-se por conta principalmente do acordo de associação, R$ 32.518 referente ao aumento da provisão de contingência, R$ 13.280 refere-se ao empréstimo que veio através do acervo liquido e -R$ 1.361 refere-se a títulos a pagar e tributos parcelados.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R$ 673.588, dividido em 96.226.962 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, resultado da integralização realizada pela TESA, na Companhia, representado por ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2020, o capital social nas demonstrações financeiras consolidadas é representado pelo capital social da TS Brasil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R$ 6.649 refere-se aos ativos e passivos originados na contabilização do efeito líquido do Acordo foram reconhecidos em contrapartida da conta de Ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Companhia, como uma transação de capital com acionistas, considerando se tratar de operação realizada no contexto da reorganização societária conduzida pelos acionistas da TESA e da Companhia, na condição de controladores dessas empresas.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R$43.065 mil, em comparação com R$13.884 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 6% em 31 de dezembro de 2020 e 2% em 31 de dezembro de 2019. O incremento do ativo circulante ocorreu principalmente em razão das variações abaixo descritas:

- incremento de R$ 33.772 mil, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R$426 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$34.198 mil em 31 de dezembro de 2020, em decorrência, substancialmente, por recursos recebidos em contratos de mútuo.

- aumento de R$ 1.795 mil, no saldo de estoques, que passou de R$20 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$1.815 mil em 31 de dezembro de 2020.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R$80.438 mil, em comparação com R$196.641 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 11% em 31 de dezembro de 2020 e 23% em 31 de dezembro de 2019.

Esta redução, de R$116.203 mil, decorreu, principalmente da diminuição do saldo de mútuo com partes relacionadas, que passo de R$171.961 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$55.237 mil em 31 de dezembro de 2020.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R$9.501 mil, em comparação com R$1.493 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 1% em 31 de dezembro de 2020 e 0% em 31 de dezembro de 2019.

Este aumento, de R$8.008 mil, se deve principalmente ao aumento de dividendos a pagar, que passou de R$0 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$7.954 em 31 de dezembro de 2020.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R$94.436 mil, em comparação com R$76.674 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 13% em 31 de dezembro de 2020 e 9% em 31 de dezembro de 2019.

Este aumento, de R$17.762 mil, ocorreu principalmente em razão do aumento de R$ 19.080 no saldo de tributos diferidos que passou de R$72.215 em 31 de dezembro de 2019 para R$91.295 em 31 de dezembro de 2020.

Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020, o ajuste de avaliação patrimonial era de R$214.179 mil, em comparação com R$214.922 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$743 ocorreu, principalmente, em razão de depreciação de ativos, que dão origem ao ajuste de avaliação patrimonial (*deemed cost*).

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$648.670 mil, em comparação com R$ 765.376 mil em 31 de dezembro de 2019, uma queda de R$ 116.706 mil

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$13.884 mil, em comparação com R$30.260 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 2% em 31 de dezembro de 2019 e 4% em 31 de dezembro de 2018.

Esta redução, de R$16.376 mil, decorreu, principalmente, em razão das variações abaixo descritas:

- redução de ou R$ 7.190 mil, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R$7.616 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$426 mil em 31 de dezembro de 2019.

- redução de R$ 13.221 mil, no saldo de títulos a receber, que passou de R$15.757 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$2.536 mil em 31 de dezembro de 2019.

- redução R$ 2.540 mil, no saldo de estoques, que passou de R$2.560 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$20 mil em 31 de dezembro de 2019.

- aumento no saldo de tributos a recuperar, que passou de R$3.991 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$10.417 mil em 31 de dezembro de 2019.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$196.641 mil, em comparação com R$138.657 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 23% em 31 de dezembro de 2019 e 17% em 31 de dezembro de 2018.

Este aumento, de R$57.984 mil, decorreu, principalmente pelo aumento do saldo de mútuo com partes relacionadas, que passou de R$86.502 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$171.961 mil em 31 de dezembro de 2019.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$1.493 mil, em comparação com R$5.164 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 0% em 31 de dezembro de 2019 e 1% em 31 de dezembro de 2018.

Esta redução, de R$3.671 mil decorreu principalmente das variações abaixo descritas:

(i) redução de R$ 2.032 mil, no saldo de adiantamento de clientes, que passou de R$2.060 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$28 mil em 31 de dezembro de 2019.

(ii) redução de, ou R$ 1.087 mil, no saldo de empréstimos e financiamentos, que passou de R$1.087 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$0 mil em 31 de dezembro de 2019.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$76.674 mil, em comparação com R$69.899 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 9% em 31 de dezembro de 2019 e 8% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$6.775 mil, decorreu, principalmente em razão do aumento no saldo de tributos diferidos, que passou de R$62.642 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$72.215 mil em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$765.376 mil, em comparação com R$748.466 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R$16.910 mil

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 compreende as receitas de contratos com clientes, as quais foram originadas na venda de produtos agrícolas produzidos em regime de parceria agrícola, e as receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agrícolas a partir de 1º de setembro de 2021 e que representa o novo modelo de negócio do Grupo.

Os exercícios findos em 2020, 2019 e 2018, a sustentação das receitas foi apurada com a venda dos produtos agrícolas pela Companhia em operação de parceria.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Conforme os comentários da Diretoria apresentados no item 10.1(h) deste Formulário de Referência, os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelo preço das commodities agrícolas.

Ainda, a totalidade da receita da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 advém de um único cliente. Eventual inadimplência por tal cliente, por qualquer razão, incluindo dificuldades temporárias ou permanentes em seus negócios ou em suas condições financeiras, pode nos afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita de arrendamento é proveniente de arrendamentos operacionais e é reconhecida linearmente pelo prazo do arrendamento. Os arrendamentos para os quais a Companhia e sua controlada não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente são tratados como contratos de aluguel.

A receita desses contratos de arrendamento é determinada por ano-safra e é mensurada com base na multiplicação de uma quantidade fixa de sacas de soja de 60 quilos por hectare arrendado, a depender se área útil ou não, valorizada pela cotação de mercado da commodity para os meses de janeiro a agosto, do ano safra, líquida dos tributos sobre venda, a serem obtidas com potenciais compradores, já definido entre as partes.

Os resultados das operações agrícolas são influenciados pela área plantada com cada cultura e pela produtividade obtida nas terras cedidas em parceria agrícola, além da variação do preço das *commodities* agrícolas. A receita está atrelada à variação do preço das *commodities*, estas vinculadas à cotação do dólar e, consequentemente, as nossas receitas sofrem indiretamente impactos pela variação cambial. O quadro abaixo demonstra a quantidade de produto recebida e faturada em parceria agrícola pela Companhia, além do preço unitário praticado.

Quantidade faturada (t)	2021	2020	2019	2018
Soja		38.775	30.022	34.153
Milho		23.116	19.059	28.874
Algodão	3.204			

Preço Médio de Venda (R$/t)3	2021	2020	2019	2018
Soja		1.032,01	918,63	993,00
Milho		326,09	360,46	333,34
Algodão	7.728,15			

A produção de algumas commodities agrícolas como soja, milho, algodão entre outras, podem ser precificadas em reais ou em dólares por unidade de peso. A exposição ao dólar somente ocorre quando a *commodity* agrícola tem seu preço fixado em moeda norte-americana por unidade de peso. Neste caso, faz-se necessário o também monitoramento da exposição cambial.

Já a inflação não impacta diretamente na variação das nossas receitas, pois os produtos são commodities agrícolas negociadas internacionalmente, com cotações negociadas em bolsa de valores, cujos preços obedecem à conjuntura de oferta e demanda nacional e mundial.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Estamos sujeitos a diversos fatores que afetam os nossos resultados das operações e a condição financeira, que, entre outros, incluem o seguinte:

- o ambiente macroeconômico brasileiro; e
- a inflação e disponibilidade de crédito.

Ambiente macroeconômico brasileiro: Atuamos no Brasil e, portanto, a maioria das nossas receitas, despesas e ativos é auferida em reais. Consequentemente, as mudanças macroeconômicas no Brasil, especialmente no que diz respeito à inflação, taxas de juros a curto e longo prazo, taxas de câmbio, níveis salariais e emprego e disponibilidade de crédito podem afetar os resultados das nossas operações. Nossos resultados das operações também são afetados pelas flutuações cambiais. Portanto, as flutuações cambiais impactam o custo dos serviços e poderá afetar nosso resultado das operações.

Taxas de juros: O Banco Central altera periodicamente a taxa básica de juros, a fim de gerenciar a inflação. As variações nas taxas de juros afetam principalmente nossas despesas financeiras, bem como comprometem o custo e a disponibilidade de crédito, o que influencia nossas operações.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2121, 2020, 2019 e 2018, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.8 do Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2021

As seguintes alterações estão em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021 e a sua adoção não teve impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- **Reforma da IBOR:** Fase 2 – Alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 – "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06 (R2) – "Arrendamentos", ao IFRS 4/CPC 11 – "Contrato de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia, com relação a:

(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

(ii) Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06 (R2) – "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação do contrato, até 30 de junho de 2022.

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2020

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2019

CPC 06 / IFRS 16 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 / IFRS 16 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia mantém contrato com a Terra Santa Agro, sua antiga controladora, para a produção

agrícola, em caráter de parceira, de soja, milho e algodão, sobre o qual detém a propriedade sobre 25% da produção bruta de grãos e 13% da produção de pluma de algodão apurado com base nos frutos colhidos em cada safra, sem qualquer remuneração fixa ou variável atrelada a índice ou taxa. Nessa operação de parceria agrícola, a Companhia contribui com suas terras e benfeitorias para ter direito aos referidos percentuais da produção agrícola.

Na avaliação da administração, a referida operação não está sob o escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16, considerando que não há qualquer remuneração pela propriedade da terra, mas sim sobre o resultado da produção agrícola cultivada em regime de parceria pura. Nesse contexto, o parceiro outorgado também não reconhece qualquer obrigação a pagar para a Companhia, haja vista que não controla a totalidade da produção agrícola resultante dessa parceria.

Ainda conforme a avaliação da administração, o fluxo de caixa de suas operações é originado pela venda da sua parcela na produção agrícola originada na parceria. A receita de venda da sua produção agrícola é obtida mediante transações realizadas com terceiros ou com a Terra Santa Agro, por meio de contratos firmados antes da colheita e com base na melhor estimativa de sua produção.

O entendimento da Companhia encontra respaldo nas práticas de mercado, o qual não reconhece obrigação a pagar no reconhecimento de operações de parceria agrícola pura com a total divisão dos riscos e benefícios da operação. Todavia, caso interpretasse que os frutos dessa parceria resultassem em receita de arrendamento operacional, não haveria impacto material na apresentação de suas demonstrações financeiras, haja vista que não haveria qualquer alteração na apresentação do seu balanço patrimonial, ou ainda no momento de reconhecimento do ganho ou dos fluxos de caixa. Ademais, considerando que os estoques de produtos agrícolas são imediatamente vendidos no momento de sua colheita, a eventual apresentação dessa receita como receita de arrendamento ao invés de receita de vendas de produtos agrícolas não é relevante para a interpretação dos usuários das demonstrações financeiras da Companhia.

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2018

CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 (R1). De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. A Administração avaliou e não identificou efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa ou requer julgamento significativo.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 / IFRS 16 (R2) - Arrendamentos

Na avaliação da administração, a operação de parceria agrícola não está sob o escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16, considerando que não há qualquer remuneração pela propriedade da terra, mas sim sobre o resultado da produção agrícola cultivada em regime de parceria pura. Nesse contexto, o parceiro outorgado também não reconhece qualquer obrigação a pagar para a Companhia, haja vista que não

controla a totalidade da produção agrícola resultante dessa parceria. Por essa razão, a posição patrimonial e os resultados da Companhia não sofreram nenhum impacto na adoção na norma.

CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Com a adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida que a Companhia e suas controladas atendem suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofreram alterações significativas. Assim, os resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção da norma.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019 e 2018, possuem os seguintes parágrafos de ênfases:

Demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Ênfases:

"Chamamos atenção para as Notas 1.2 e 2 às demonstrações financeiras, que descrevem que as demonstrações financeiras consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que estão sendo apresentadas de forma comparativa, referem-se às demonstrações financeiras da TS Brasil S.A., integralizada na Companhia em 31 de março de 2021 no contexto da reorganização de capital da Terra Santa Agro S.A., controladora comum da Companhia e da TS Brasil S.A. na época da reorganização. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

Comentários da Administração: Em decorrência da reorganização societária descrita no item 15.8 deste Formulário de Referência, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018 são apresentadas considerando os registros contábeis históricos da TS Brasil S.A., tendo em vista o controle comum, e que refletem a substância econômica das operações da Companhia como se ela já existisse na data dessas demonstrações financeiras.

"Chamamos a atenção para a Nota 10 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia e sua controlada mantiveram, em 2021, transações em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

Comentários da Administração: Nas referidas demonstrações financeiras, há um parágrafo de ênfase acerca de transações com partes relacionadas, chamando a atenção para a sua divulgação. As operações com partes relacionadas fazia parte das transações normais e usuais do grupo, conduzidas durante o curso regular de seus negócios, conforme divulgado em notas explicativas, tais como venda de *commodities* (soja e milho), remuneração financeira sobre contratos de mútuo, compra e venda de ativos (conforme o caso). Ressalta-se que, tendo em vista a conclusão da Reorganização Societária, as transações acima descritas não mais se dão com partes relacionadas, visto que a Terra Santa Agro passou a ser uma controlada da SLC Agrícola, conforme descrito no item 15.8 deste Formulário de Referência.

Demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Ênfase:

"Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 10 e 23.1 às demonstrações financeiras, que demonstram que a Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora em montantes significativos em relação a sua posição patrimonial e financeira e ao desempenho de suas operações. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto."

Comentários da Administração: Nas referidas demonstrações financeiras, há um parágrafo de ênfase acerca de transações com partes relacionadas, chamando a atenção para a sua divulgação. As operações com partes relacionadas fazem parte das transações normais e usuais do grupo, conduzidas durante o curso regular de seus negócios, conforme divulgado em notas explicativas, tais como venda de *commodities* (soja e milho), remuneração financeira sobre contratos de mútuo, compra e venda de ativos (conforme o caso). Ressalta-se que, tendo em vista a conclusão da Reorganização Societária, as transações acima descritas não mais se dão com partes relacionadas, visto que a Terra Santa Agro passou a ser uma controlada da SLC Agrícola, conforme descrito no item 15.8 deste Formulário de Referência.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que representam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir:

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos no consolidado incluem o montante de R$ 17.202 (R$ 29.016 em 2020) reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados, somente na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. Em 2021, esse montante inclui créditos tributários apurados na Companhia, para os quais a realização é estimada pela administração mediante a implementação de plano de negócio entre as empresas do Grupo, o qual já está em fase de implementação na data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada reconhecem tributos diferidos com base nas diferenças temporárias determinadas a partir da base fiscal e o valor contábil de determinados ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A administração da Companhia e de sua controlada entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucros tributáveis futuros estimados com base nos seus planos de negócios. As premissas utilizadas pela administração para estimar a probabilidade de realização dos ativos de impostos diferidos a renda consideram os riscos de mudanças climáticas nos negócios da Companhia e de sua controlada.

Provisão para contingências

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Receita de arrendamento

O reconhecimento da receita de arrendamento operacional é realizado de forma linear durante o exercício social da Companhia e de sua controlada, e considera a melhor estimativa de preço de comercialização da soja a ser confirmado apenas o início do exercício social seguinte. Dessa forma, a receita com arrendamento operacional reconhecida mensalmente nas demonstrações financeiras consolidadas pode ser alterada quando da determinação do preço final da receita do ano-safra. Para a safra 2021/2022 a TS Brasil já definiu o preço correspondente (preço já fixado) para 100% do volume.

Prazo de realização dos direitos do Acordo

Para a determinação do valor justo dos direitos do Acordo (Nota 1.3) a administração, com base na sua melhor estimativa, determinou o montante dos títulos correspondente aos tributos a recuperar registrados na TESA serão utilizados, e consequentemente a Companhia será reembolsada, em até quatro anos. Essa estimativa foi constituída com base na melhor estimativa de ressarcimento dos pedidos de ressarcimento já realizados pela TESA, bem como pelo consumo dos créditos tributários no curso normal das operações da TESA.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos da COVID-19 em nossas atividades

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus.

Até 31 de dezembro de 2021, a desvalorização cambial afetou as demonstrações financeiras da Companhia, impactando de forma positiva o lucro operacional. A receita líquida da Companhia cresceu 100% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Dentro deste novo contexto, o agronegócio é um dos setores menos impactados até o momento. No curto prazo, a administração não espera impactos negativos em suas operações.

Do ponto de vista gerencial, adotamos medidas de distanciamento social e prevenção com nossos colaboradores. As atividades administrativas da Companhia estão ocorrendo em regime de home-office e revezamento desde março de 2020, e adotamos medidas de isolamento, reforço de equipamentos de proteção individual e testes para as equipes da operação como medidas para reduzir os riscos de disseminação da COVID-19 e dos impactos desta em nossos negócios.

Demonstrações Financeiras

A Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021 no contexto da reorganização societária da Terra Santa Agro, a qual foi conduzida por seus antigos acionistas para viabilizar a venda da operação agrícola da Terra Santa Agro para a SLC Agrícola S.A. Como resultado dessa reorganização societária, a Companhia se tornou uma *holding* não operacional, cuja sua subsidiária TS Brasil (anteriormente subsidiária da Terra Santo Agro), é a atual responsável pela gestão das terras e benfeitorias localizadas nas terras que pertenciam à Terra Santa Agro, visto que a TS Brasil não é parte da referida transação.

Em decorrência do exposto acima, as demonstrações financeiras da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018 utilizadas como base para este Formulário de Referência estão sendo apresentadas considerando os registros contábeis históricos da TS Brasil, tendo em vista o controle comum, e que refletem a substância econômica das operações da Companhia como se ela já existisse na data dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018, as quais são utilizadas como base para este Formulário de Referência, correspondem às demonstrações financeiras da TS Brasil, sendo que, em 31 de março de 2021, a Terra Santa Agro integralizou, na Companhia, acervo líquido representado, dentre outros, pelo seu investimento na TS Brasil.

Para mais informações sobre a Reorganização Societária, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 10.

3 - ANEXO II: PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

ANEXO 9-1-II

(Instrução CVM nº 481)

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício de 38.024.526,59, tendo sido integralizado na estrutura de capital para a reorganização societária ocorrida o montante de R$ 17.267.579,29 (nota 1.2 das Demonstrações Financeiras do exercido findo em 31 de dezembro de 2021), estando a disposição o montante de R$ 20.757.020,79 a ser destinado.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

19.719.164,75

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

100% do lucro líquido à disposição, após o desconto da parcela destinada à reserva legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Dividendos no valor total de 19.719.164,75, correspondentes a R$ 0,204923488 por ação ordinária da Companhia.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Propõe-se que os dividendos a serem declarados sejam pagos em 5 de maio de 2022.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Terão direito aos dividendos propostos os acionistas da Companhia ao final do pregão de 26 de abril de 2022, data da assembleia geral ordinária, sendo que as ações da Companhia serão negociadas "ex" dividendos a partir de 27 de abril de 2022 (inclusive).

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2021
Lucro Líquido à disposição	R$ 0,204923488
Dividendos	R$ 0,204923488
Juros sobre Capital Próprio	-
Total distribuído	R$ 0,204923488

A Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021, não possuindo, portanto, proventos em relação a exercícios anteriores.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R$ 1.037.856,04

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

O montante destinado à reserva legal corresponde a 5% do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Nos termos do artigo 34 do Estatuto Social, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do Imposto de Renda, o lucro líquido do exercício terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, observando-se o seguinte:

(i) 5% serão aplicados na constituição de Reserva Legal, a qual não excederá 20% do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) 25% do lucro líquido de cada exercício financeiro serão distribuídos como dividendos obrigatórios, nos termos do que determina o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e

(iii) o saldo, se houver, terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral com base na proposta da administração.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável.

* * *

4 - ANEXO III: ELEIÇÃO DE MEMBROS PARA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Abaixo encontram-se nomes dos candidatos recebidos pela Companhia.

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

1)

Nome:	**Silvio Tini de Araújo**
CPF:	**064.065.488-68**
Data de Nascimento:	**02/07/1946**
Profissão:	**Empresário**
Cargo eletivo ocupado:	**Membro do Conselho de Administração**
Data de eleição atual/pretendida:	**26/04/2022**
Data da posse atual/pretendida:	**Até 30 dias após eleição**
Prazo do mandato atual/pretendida	**Assembleia Geral Ordinária de 2023**
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	**Não aplicável pois a Terra Santa Propriedades Agrícolas não possui acionista controlador.**
Número de mandatos:	**1**
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	**Não Aplicável**

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Bacharel em Ciências Jurídicas e Econômicas, graduado e pós-graduado em Direito Civil pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, com extensão em Macroeconomia pela New York Institute of Finance – NYIF. É Presidente e Controlador da Bonsucex Holding desde sua fundação, em 1982. Presidente do Conselho de Administração da Terra Santa S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Paranapanema S.A., Metalúrgica Barbará, Companhia Paraibuna de Metais, Eluma Indústria e Comércio S.A., Cabaiba Metais S.A., e Presidente do Conselho de Administração da Mineração Buritirama S.A. Atualmente, é Vice-Presidente de Honra do Museu Brasileiro da Escultura (MUBE), Conselheiro do Museu de Arte de São Paulo (MASP), e Conselheiro da Sociedade Hípica Paulista (SHP). Foi Conselheiro do São Paulo Golf Clube (SPGC), fundador e Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Andaluz-Brasileiro (ABCAB). É sócio remido e benfeitor do Sport Club Corinthians Paulista (SCCP). A empresa Bonsucex Holding S.A. possui mais de 5% de uma mesma classe de ações da Alpargatas S.A.. É membro do Comitê de Finanças da Alpargatas S.A. desde 2017

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

Presidente da Bonsucex Holding S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas.

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Sim - processo extinto, que culminou com a aplicação de multa já quitada.

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não existe qualquer condenação transita em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

O membro não é considerado independente

2)

Nome:	**Renato Carvalho do Nascimento**
CPF:	**633.578.366-53**
Data de Nascimento:	**07/04/1971**
Profissão:	**Engenheiro**
Cargo eletivo ocupado:	**Membro do Conselho de Administração**
Data de eleição atual/pretendida:	**26/04/2022**
Data da posse atual/pretendida:	**Até 30 dias após eleição**
Prazo do mandato atual/pretendida	**Assembleia Geral Ordinária de 2023**
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	**Não aplicável pois a Terra Santa Propriedades Agrícolas não possui acionistas controlador**
Número de mandatos:	**1**
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	**Não aplicável**

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

O Sr. Renato Carvalho do Nascimento é membro do Conselho de Administração da Companhia e sócio fundador da Laplace Finanças, empresa de assessoria financeira e gestão de fundos. Graduou-se em engenharia mecatrônica pela Escola Politécnica da USP, com um MBA pela Tuck School of Business at Dartmouth. Foi sócio fundador da Angra Partners. Acumulou experiência de investment banking na Lehman Brothers em Nova York e como consultor pela Monitor e Accenture. Foi membro dos conselhos de administração da Telemig, Metrô-RJ e Tropical, além de presidente do conselho da Maeda. Renato é atualmente presidente do conselho da TMA no Brasil. Renato foi professor de finanças do curso de MBA do Insper em São Paulo.

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial em face de Renato Carvalho do Nascimento. O Sr. Renato Carvalho do Nascimento é considerado membro independente por se enquadrar no conceito de conselheiro independente constante do Regulamento do Novo Mercado da B3.

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

- Membro do Conselhos de Administração da Telemig
- Membro do Conselhos de Administração do Metrô-RJ e Tropical
- Presidente do Conselho de Administração da Maeda S.A. Agroindustrial
- Membro do Conselho de Administração da Via Varejo
- Membro do Conselho de Administração do TMA (*turnaround management association*) no Brasil.
- Membro do Conselho de Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não existe qualquer condenação transita em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:
O membro não é considerado independente

3)

Nome:	**Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes**
CPF:	**293.525.618-21**
Data de Nascimento:	**23/07/1980**
Profissão:	**Advogado**
Cargo eletivo ocupado:	**Membro do Conselho de Administração**
Data de eleição atual/pretendida:	**26/04/2022**
Data da posse atual/pretendida:	**Até 30 dias após eleição**
Prazo do mandato atual/pretendida	**Assembleia Geral Ordinária de 2023**
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	**Não aplicável pois a Terra Santa Propriedades Agrícolas não possui acionista controlador.**
Número de mandatos:	**1**
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	**Membro do Comitê de Assuntos Jurídicos**

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Advogado. Bacharel em Direito pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. Cursou LLM em Direito Societário pelo Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa. Realizou os Cursos de Conselho Fiscal na Prática e Secretaria de Governança Corporativa pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Foi estagiário e advogado em escritórios de advocacia de renome. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo. Associado da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP). É membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A. e Terra Santa Propriedades Agrícllas S.A. É membro do Comitê de Auditoria da Alpargatas S.A. Foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A., dos Comitês de Inovação e de Auditoria da Terra Santa Agro S.A. É membro do Comitê de Gente da Terra Santa Agro S.A. Foi secretário do Conselho de Administração da Mineração Buritirama S.A. Foi membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Paranapanema S.A. e atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Bombril S.A. Ocupa o cargo de Advogado da Bonsucex Holding S.A.

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

- Membro Efetivo do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S.A.
- Membro Efetivo do Conselho de Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.
- Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Alpargatas S.A.

- Membro do Comitê de Auditoria da Alpargatas S.A.
- Membro do Comitê de Auditoria da Terra Santa Agro S.A.
- Membro do Comitê de Gente da Terra Santa Agro S.A.
- Membro do Comitê de Inovação da Terra Santa Agro S.A.
- Membro do Comitê de Governança e de Assuntos Jurídicos da Terra Santa Agro S.A.
- Secretário do Conselho de Administração da Mineração Buritirama S.A.
- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Paranapanema S.A.
- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Bombril S.A.

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não existe qualquer condenação transita em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

Não é considerado membro independente

4)

Nome:	**Arlindo de Azevedo Moura**
CPF:	**100.459.100-49**
Data de Nascimento:	**12/05/1949**
Profissão:	**Administrador de Empresas**
Cargo eletivo ocupado:	**Membro do Conselho de Administração**
Data de eleição atual/pretendida:	**26/04/2022**
Data da posse atual/pretendida:	**Até 30 dias após eleição**
Prazo do mandato atual/pretendida	**Assembleia Geral Ordinária de 2023**

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	**Não aplicável pois a Terra Santa Propriedades Agrícolas não possui acionista controlador**
Número de mandatos:	**1**
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	**Não aplicável.**

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Ijuí (RS), com Pós-graduação em Administração Financeira.

Atuou profissionalmente em diversas áreas como Administração, Finanças, Controladoria e Comercial.

Tem mais de 40 anos de experiência na Administração de Empresas de médio e grande porte nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso.

Exerceu, por sete anos, o cargo de Diretor Presidente-CEO da Kepler Weber S.A.

Foi, por oito anos, Diretor do Banco John Deere e Diretor Financeiro para a América do Sul do Grupo americano John Deere.

Atuou, por oito anos, como Diretor Presidente-CEO e membro do Conselho de Administração da SLC Agrícola S.A., responsável pela Abertura de Capital da empresa em 2007 e deu grande impulso ao crescimento e desenvolvimento da empresa.

Exerceu, por cinco ano e quatro meses, o cargo de Diretor Presidente-CEO da Terra Santa S.A, hoje é Membro do Conselho de Administração.

É ex-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – Abrapa, hoje participa como membro do Conselho de Administração.

É ex-presidente da Câmara Setorial do Algodão no Ministério da Agricultura, hoje participa como membro da Câmara.

Desde abril de 2021 é Presidente da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA) do Ministério da Agricultura.

Desde maio de 2018 é Presidente do Conselho de Administração da Santa Colomba Agropecuária.

Desde maio de 2020 é conselheiro da empresa Soluções Integradas Verdes Vales Ltda., concessionária John Deere.

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:
- Presidente do Conselho de Administração da Santa Colomba Agropecuária
- Membro do Conselho de Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:
Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado.

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:
Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada.

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:
Não existe qualquer condenação transita em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização:
Não é considerado pessoa exposta politicamente.

g) Critérios de membro independente:
A Companhia utiliza como base de seus critérios de eleição de seus Conselheiros Independentes, as recomendações propostas no §2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado instituído pela B3, o qual determina que "Conselheiro Independente" caracteriza-se por: (i) não é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) não tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; e (iv) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) não recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

5)

Nome:	**Julio Cesar de Toledo Piza Neto**
CPF:	**157.429.868-23**
Data de Nascimento:	**18/08/1970**
Profissão:	**Engenheiro Agrônomo**
Cargo eletivo ocupado:	**Membro do Conselho de Administração**
Data de eleição atual/pretendida:	**26/04/2022**
Data da posse atual/pretendida:	**Até 30 dias após eleição**

Prazo do mandato atual/pretendida	**Assembleia Geral Ordinária de 2023**
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	**Não aplicável pois a Terra Santa Propriedades Agrícolas não possui acionista controlador.**
Número de mandatos:	**1**
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	**Não aplicável.**

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Graduado em Engenharia Agronômica pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - ESALQ/USP de Piracicaba e pós-graduado em Administração e Finanças pela Columbia Business School de Nova Iorque. Além de experiência de 8 anos como Engenheiro Agrônomo no campo, o Sr. Piza também trabalhou por 6 anos na McKinsey and Company em São Paulo, onde assumiu posições de destaque, bem como foi CEO da Brasil Agro no período de 2008 à 2016.

b) Cargos de administração que exerce ou exerceu em companhias abertas:

- Membro do Comitê Estratégico Financeiro da Terra Santa Agro S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Terra Santa Agro S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Kepler Weber

c) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:

Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

d) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:

Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

e) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não existe qualquer condenação transita em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

f) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização

Não é considerado pessoa exposta politicamente

g) Critérios de membro independente:

Não é considerado membro independente

6)

Nome:	**Ricardo Baldin**
CPF:	**163.678.040-72**
Data de Nascimento:	**14/07/1954**
Profissão:	**Contador**
Cargo eletivo ocupado:	**Membro Independente do Conselho de Administração**
Data de eleição atual/pretendida:	**26/04/2022**
Data da posse atual/pretendida:	**Até 30 dias após eleição**
Prazo do mandato atual/pretendida	**Assembleia Geral Ordinária de 2023**
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	**Não aplicável pois a Terra Santa Propriedades Agrícolas não possui acionista controlador**
Número de mandatos:	**1**
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	**Não aplicável.**

a) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, incluindo Empresas, cargo e funções inerentes:

Bacharel em ciências contábeis, auditor independente há 31 anos e ex-sócio da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

É membro independente e especialista financeiro do Comitê de Auditoria no Grupo Itaú Unibanco desde 2021. Ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Executivo de Auditoria Interna no Itaú Unibanco S.A. (2009 a 2015).

É Coordenador do Comitê de Auditoria da Alpargatas S.A. desde 2018 e da Eneva S.A. desde 2019; membro do Conselho Fiscal da Metalúrgica Gerdau S.A. desde 2020; membro da Comissão de Governança de Instituições Financeiras do IBGC desde 2021 e é Consultor de Empresas na RMB Assessoria e Consultoria Empresarial e Contábil EIRELI.

Atuou como membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria da XP Investimentos S.A. (2020 a 2021); membro do Comitê de Auditoria da Totvs S.A. (2020); membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Ecorodovias (2018 a 2020); membro do Conselho Fiscal do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) (2018 a 2019); membro do Comitê de Auditoria da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) (2014) e da Tecnologia Bancária (TECBAN) (2015) e Coordenador do Comitê de Auditoria da Redecard S.A. (2013 a 2014).
Foi Diretor de Controladoria, Tecnologia e Controles Internos e Riscos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2016 a 2017).

Atuou por 31 anos como auditor independente e ex-sócio da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e foi também sócio responsável do Grupo de Instituições Financeiras da PwC na América do Sul, tendo coordenado diversos trabalhos na região, inclusive a avaliação do Sistema Financeiro do Equador, e na avaliação do Sistema Financeiro Público Nacional, além de ter participado de vários trabalhos de due diligence desse sistema.

b) Qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, com indicação do estágio em que se encontra o processo:
Não existe qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado

c) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas, mesmo que não transitada em julgado, indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional:
Não existe qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada e julgada

d) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:
Não existe qualquer condenação transita em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

e) Declaração quanto a ser ou não considerado pessoa exposta politicamente (conforme definido na regulamentação aplicável), descrevendo os motivos para tal caracterização
Não é considerado pessoa exposta politicamente

f) Critérios de membro independente:
A Companhia utiliza como base de seus critérios de eleição de seus Conselheiros Independentes, as recomendações propostas no §2º do Art. 16 do Regulamento do Novo Mercado instituído pela B3, o qual determina que "Conselheiro Independente" caracteriza-se por: (i) não é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador; (ii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (iii) não tem relações comerciais com a companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; e (iv) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (v) não recebe outra remuneração da companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar em forma de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenha ocorrido após a posse no cargo

Conselho de Administração	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Silvio Tini de Araújo	6	100%
Renato Carvalho Nascimento	6	100%
Carlos Augusto R. A. Fernandes	6	100%
Julio Toledo Piza	6	100%
Arlindo de Azevedo Moura	6	100%
Ricardo Baldin (*)	-	-

(*) o Sr. Baldin foi eleito em AGE realizada no dia 21 de dezembro de 2021

Consideradas as reuniões realizadas no segundo semestre de 2021, visto que a Companhia teve seu registro de Companhia Aberta concedido pela Comissão de Valores Mobiliários em 14 de julho de 2021.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Atualmente a Companhia possui um Comitê Estatutário, a saber: Comitê de Auditoria Estatutário eum Comitê não estatutário, a saber: Comitê de Assuntos Jurídicos, sendo composto por membro do Conselho de Administração e membro especialista externo

O Sr. Arlindo de Azevedo Moura, membro Independente do Conselho de Administração, também integra o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

O Sr. Carlos Augusto R. A. Fernandes, membro do Conselho de Administração, também integra o Comitê de Assuntos Jurídicos.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não seja estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Comitê de Auditoria Estatutário	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Tereza Cristina Grossi Togni	4	100%
Marcos Reinaldo Severino Peters	4	100%
Arlindo de Azevedo Moura	4	100%
Marcel Cecchi	4	100%

Comitê de Assuntos Jurídicos	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Mariana Dantas Bezerra Duarte	5	100%
Carlos Augusto R. A. Fernandes	5	100%
Cesar Henrique Gallo do Prado	5	100%

Consideradas as reuniões realizadas no segundo semestre de 2021, visto que a Companhia teve seu registro como Companhia Aberta concedido pela Comissão de Valores Mobiliários em 14 de julho de 2021.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021. No entanto, nos 3 últimos exercícios sociais, os administradores da TS Brasil S.A., controlada da Companhia, eram os mesmos administradores da Terra Santa Agro S.A., antiga controladora da Companhia

5. - ANEXO IV: INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(Item 13 do Formulário de Referência)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração e poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (terrasantapa.com.br) ("Política de Remuneração"). Não obstante, os objetivos e práticas de remuneração da Companhia, estão alinhados às práticas de mercado, com o intuito de atrair e reter talentos e bons profissionais que demonstrem qualificação, competência e perfil alinhado às características e necessidades da Companhia.

A Companhia determina as remunerações de seus profissionais de acordo com: (a) as funções e responsabilidades de cada um; (b) o padrão de outros executivos e profissionais; e (c) o desempenho coletivo das equipes, no que tange as metas operacionais e de lucratividade.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou e recepcionou as outorgas oriundas do Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo, que tem como propósito o (a) alinhamento de interesses da Companhia e dos Participantes e (b) incentivo aos Participantes, por meio de concessão de oportunidade de receberem, pela Companhia, ações de sua emissão, mediante o cumprimento das condições previstas no Plano de Incentivo.

Por fim, em Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2021, foi aprovado o Plano de Ações Restritas da Companhia, que estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo por meio da outorga de Ações Restritas de emissão da Companhia aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço elegíveis da Companhia, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas.

(b) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com os legislação. Além disso, todos são reembolsados de todas as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício das atribuições que fora eleito.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria estatutária recebem remuneração fixa. A política de remuneração é de acordo com as melhores práticas de mercado. Além disso, possuem um plano de remuneração variável condicionada ao cumprimento de metas estabelecidas, as quais variam dependendo da área de atuação do Diretor. A Critério do Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária, poderá receber

remuneração variável adicional a ser desembolsada conforme critérios qualitativos avaliados pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, recebem somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Comitês

Os participantes do Comitê de Auditoria e dos comitês não estatutários permanentes recebem uma remuneração fixa. Os membros do Conselho de Administração, bem como qualquer colaborador da Companhia, que participam dos Comitês, não recebem remuneração adicional

(ii) Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conforme descrito no item 13.16 do Formulário de Referência, a Companhia foi constituída somente em 11 de janeiro de 2021 e as suas demonstrações financeiras consideram os registros contábeis históricos da TS Brasil S.A.

Em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e parte de 2021, os administradores da Companhia não receberam qualquer remuneração, uma vez que renunciaram à sua remuneração pelo exercício de suas atividades na Companhia, sendo que somente receberam remuneração decorrente de suas atividades exercidas exclusivamente na Terra Santa Agro, antiga controladora da Companhia. Assim, conforme exposto nas respectivas demonstrações financeiras, não houve reconhecimento de remuneração com a administração da Companhia em tais exercícios. Para o ano de 2021, os administradores passaram e receber remuneração a partir de julho, quando da concessão do registro de Companhia Aberta pela CVM e da conclusão da combinação de negócios da SLC Agrícola e Terra Santa Agro. Neste sentido, a tabela abaixo reflete tal racional:

Órgão	2021			
	Remunaração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Baseada em Ações	Remuneração Total
Conselho de Administração	100%	-	-	100%
Diretoria Estatutária	22%	-	78%	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Comitê de Auditoria Estatutário	100%	-	-	100%
Comitê de Assuntos Jurídicos	100%	-	-	100%

Órgão	2020			
	Remunaração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Baseada em Ações	Remuneração Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conseçhop Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria Estatutário	N/A	N/A	N/A	N/A

Órgão	2019			
	Remunaração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Baseada em Ações	Remuneração Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A Companhia utiliza uma metodologia customizada construída em parceria com a Corall Consultoria, na qual foi determinado o início da administração salarial e gestão da carreira pela Companhia enfocando o desenvolvimento de instrumentos capazes de gerenciar cargos, carreira e salários da empresa. Esse trabalho procurou detectar as necessidades prementes da empresa e sua cultura, não desprezando suas características e peculiaridades, levando ao conhecimento do corpo diretivo as técnicas empregadas para esse fim.

O objetivo fundamental deste instrumento é a adequação das práticas de administração salarial comumente encontrada no mercado, bem como o alcance do equilíbrio interno entre os cargos e níveis da empresa.

A política de remuneração considera, para diretores e presidente, os resultados apresentados anualmente na pesquisa Top Executive (mediana ou P50) e reavalia sua tabela salarial utilizando-a como referência.

Após a análise dos resultados apresentados, a área de recursos humanos da Companhia envia a sugestão de reajuste dos elementos de remuneração para a aprovação do Conselho de Administração. Este tem a responsabilidade de aprovar nova tabela salarial e avaliar a necessidade de adequação dos salários de cada um dos diretores.

No caso da remuneração do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, não existe uma metodologia para cálculo de reajuste, sendo o salário fixo estabelecido pelo Conselho de Administração.

A remuneração variável da administração (aplicável apenas à Diretoria) é atrelada ao cumprimento de metas corporativas e individuais, podendo ir de 0% a 200%. Adicionalmente, existe uma discricionariedade que é fator redutor ou de aumento que vai de 0,8 a 1,2.

A Companhia também recepcionou outorgas do Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo e aprovou um Plano de Ações Restritas, conforme detalhado no item 13.4 abaixo.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Analisando as melhores práticas de mercado e visando manter competitivos e atrativos, a remuneração total é composta pelos seguintes motivos:

• Remuneração fixa: atribuída ao ocupante conforme o cargo.

• Remuneração variável: estimular o engajamento e motivação dos diretores da empresa.

(v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pela Companhia. Nos exercícios sociais de 2019 e 2020, não havia Conselho de Administração constituído e Comitês instalados, sendo que os membros da Diretoria não recebiam quaisquer remunerações por suas funções na Companhia, visto que já eram remunerados por suas funções na antiga controladora da Companhia. Para o exercício social de 2021 e considerando a concessão de registro de Companhia aberta pela Companhia, as remunerações referem-se ao segundo semestre do ano.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a remuneração fixa, são levados em consideração indicadores a respeito da aderência da respectiva prática à realidade de mercado, especialmente de posições similares em empresas de complexidade similar.

Para a remuneração variável, são estabelecidas metas corporativas as quais são analisadas anualmente com os resultados obtidos. Dessa forma, os bônus são estruturados, conforme o cargo, tendo como base as seguintes métricas: metas individuais de acordo com as atividades operacionais específicas de cada diretor, metas de resultado, como Lucro Líquido.

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada em uma parte fixa e uma parte variável. A parte variável pode vir a representar parcela significativa do valor total pago aos administradores, caso sejam atingidos os indicadores de desempenho apontados acima, cujas definições estão diretamente atreladas à performance da Companhia, ao alcance das metas individuais de cada diretor no período em questão e ao planejamento estratégico da Companhia.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos colaboradores com os da Companhia.

A remuneração variável anual dos diretores estatutários leva em consideração a aplicação de fatores corporativos e do resultado das áreas sob sua gestão, sendo que cada uma desses fatores tem pesos distintos. A forma de pagamento do bônus é de 70% após a apuração das metas e 30% no ano seguinte, como forma de retenção.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração será responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria, bem como do Comitê de Auditoria Estatutário e demais comitês não estatutários instalados.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração se baseia em uma tabela salarial feita utilizando metodologia de mercado e comparações fornecidas por consultoria especializada, visando definir o nível adequado dos cargos e das responsabilidades. Anualmente, essa tabela é ajustada de acordo com as variações do mercado, a fim de manter sua competitividade.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração poderá avaliar periodicamente a adequação da política de remuneração, sendo, no mínimo, uma vez ao ano, a fim de identificar possíveis ajustes necessários, baseados nas práticas de mercado.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração Estimada do Exercício Social corrente - 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estaturária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	6,00	2,00	N/A	**8,00**
Nª de Membros Remunerados	6,00	2,00	N/A	**8,00**
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	1.980.000,00	1.260.000,00	N/A	**3.240.000,00**
Benefícios Direto e Indireto	0,00	0,00	N/A	**0,00**
Participações em Comitês	0,00	0,00	N/A	**0,00**
Outros	0,00	0,00	N/A	**0,00**
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	0,00	853.125,00	N/A	**853.125,00**
Participação de Resultados	0,00	0,00	N/A	**0,00**
Participação em Reuniões	0,00	0,00	N/A	**0,00**
Comissões	0,00	0,00	N/A	**0,00**
Outros	0,00	0,00	N/A	**0,00**
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0,00	0,00	N/A	**0,00**
Cessação do Cargo	0,00	0,00	N/A	**0,00**
Baseada em Ações (1)	0,00	2.926.310,43	N/A	**2.926.310,43**
Observação	Nª de membros de cada órgão calculado considerando considerando o somatório do número de membros em cada mês dividido por 12.			
Total da Remuneração	1.980.000,00	5.039.435,43	N/A	**7.019.435,43**

(1) Refere-se a provisão do plano de incentivo ao alinhamento estratégico de longo prazo

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2021

	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estaturária (1)	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,20	2,00	N/A	**7,20**
Nª de Membros Remunerados	5,20	2,00	N/A	**7,20**
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	571.666,67	791.000,00	0,00	**1.362.666,67**
Benefícios Direto e Indireto	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Participação de Resultados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Participação em Reuniões	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Comissões	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Cessação do Cargo	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Baseada em Ações (2)	0,00	2.754.111,71	0,00	**2.754.111,71**
Observação	Nª de membros de cada órgão calculado considerando considerando o somatório do número de membros em cada mês dividido por 12.			
Total da Remuneração	571.666,67	3.545.111,71	0,00	**4.116.778,38**

(1) Considerado membros do Conselho de Administração e Diretoria desde julho de 2021, pois nos primeiros meses do ano, os administradores eram remunerados na antiga controladora da Companhia (Terra Santa Agro)

(2) Referente a provisão do plano de incentivo ao alinhamento estratégico de longo prazo, conforme critério de competência

	Conselho de Administração	Diretoria Estaturária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nª de Membros Remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios Direto e Indireto	N/A	N/A	N/A	N/A
Participações em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Participação de Resultados	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Comissões	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Outros	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	N/A	N/A	N/A	**M/A**
Cessação do Cargo	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Observação	Nª de membros de cada órgão calculado considerando considerando o somatório do número de membros em cada mês dividido por 12.			
Total da Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estaturária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nª de Membros Remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios Direto e Indireto	N/A	N/A	N/A	N/A
Participações em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Participação de Resultados	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Participação em Reuniões	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Comissões	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Outros	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-Emprego	N/A	N/A	N/A	**M/A**
Cessação do Cargo	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Observação	Nª de membros de cada órgão calculado considerando considerando o somatório do número de membros em cada mês dividido por 12.			
Total da Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2022)

	Conselho de Administração	Diretoria Estaturária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	-	2	-	2
Nº de Membros Remunerados	-	2	-	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	(1)	-	(1)
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	853.125	-	853.125
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	853.125	-	853.125
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

(1) O valor do bônus pode ser zero, caso não haja atingimento de metas

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estaturária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	-	-	-	-
Nº de Membros Remunerados	-	-	-	-
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estaturária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de Membros Remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estaturária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de Membros Remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

1. <u>Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo</u>

a) Termos e condições gerais

Em 21 de dezembro de 2021, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a migração e recepção pela Companhia das outorgas do plano de incentivo de longo prazo do Diretor Presidente no âmbito da Terra Santa Agro para a Terra Santa Propriedades Agrícolas.

b) Os principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo incentivar: (a) o alinhamento de interesses dos Participantes e dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas; e (b) a permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas.

c) A forma como o plano contribui para esses objetivos

Por meio da concessão, ao Participantes, da oportunidade de receberem Ações Plano mediante o cumprimento das condições estipuladas no Plano, incluindo o investimento voluntário de recursos financeiros próprios na aquisição e manutenção, a partir da Data Término de Aquisição até o fim do Período de Lock-Up de Ações Próprias sob sua conta e risco.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

Trata-se de incentivo de longo prazo, o qual compõe o potencial de ganho dos Participantes, representando essencialmente um incentivo à retenção de pessoal-chave. Insere-se na estratégia de alinhamento de objetivos e interesses no longo prazo, visando privilegiar a geração de valor agregado e sustentabilidade para a Companhia.

e) Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano constitui instrumento incentivador para a busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e se reflitam na valorização de suas ações no mercado. Nesse sentido, os Participantes são estimulados a buscar resultados sustentáveis que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo. O Plano alinha os interesses de seus beneficiários com os interesses dos acionistas da Companhia, na medida em que possibilita que os Participantes tornem-se acionistas da Companhia, estimulando uma gestão eficiente, atraindo e retendo os profissionais altamente qualificados e gerando crescimento e valor para a Companhia. Os mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos Participantes ao longo do tempo incluem, por exemplo, os prazos de carência para a efetiva transferência das ações e prazos de indisponibilidade para ações que tenham sido adquiridas com recursos próprios (Ações Próprias) e cedidas pela Companhia (Ações Plano).

f) Número máximo de ações abrangidas pelo plano

O Plano de Incentivo não tem por objeto a outorga e o exercício de opções por parte dos Participantes.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

No âmbito do Plano de Incentivo, poderão ser cedidas aos Participantes, ações representativas de, no máximo, 2% do capital social total da Companhia, o qual poderá ser ajustado nos termos da Cláusula 10.2 do Plano, respeitadas as disposições da lei e regulamentação aplicável.

h) Condições de aquisição

O Plano de Incentivo concede, aos Participantes, a oportunidade de receber ações de emissão da Companhia ("Ações Plano"), mediante o cumprimento das condições de permanência estipuladas no Plano e o investimento voluntário de recursos financeiros próprios na aquisição e manutenção de ações da Companhia ("Ações Próprias") por determinado período compreendido desde a Data Término de Aquisição até o fim do "Período de Lock Up", sob conta e risco dos Participantes.

Na condição de contrato mercantil de investimento em ações, a aquisição de "Ações Próprias" e de "Ações Plano" representam atos que decorrem da vontade do Participante, o qual reconhece e está informado sobre os riscos inerentes às operações de renda variável de perda financeira em seu investimento.

As "Ações Plano" serão cedidas de forma não onerosa aos Participantes desde que, cumulativamente: (i) comprovem a realização do investimento e a plena e legítima titularidade e propriedade das "Ações Próprias" adquiridas até a "Data Término de Aquisição", definida em cada Programa a ser aprovado anualmente pelo Conselho de Administração; (ii) permaneçam continuamente vinculados como integrantes da Companhia ou de sociedades controladas pela Companhia; e (iii) mantenham, sob sua propriedade ininterrupta, as "Ações Próprias" desde a Data Término de Aquisição até o fim do Período de Lock Up.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano de Incentivo não é um Plano de Opção de Ações e, portanto, não tem por objeto a outorga e o exercício de opções por parte dos Participantes. A critério do Conselho de Administração, e dentro dos limites aprovados em Assembleia, poderão ser concedidas até 1 (uma) Ação Plano para cada Ação Própria. A decisão do Conselho de Administração é discricionária, contudo pode considerar os seguintes indicadores: (a) desempenho da Companhia no exercício social imediatamente anterior à celebração do Contrato de Cessão; (b) o nível de desafio esperado para a Companhia nos exercícios seguintes à aprovação de cada Programa; e (c) valor das ações da Companhia negociadas na B3 na data de aprovação de cada Programa.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O Plano de Incentivo não é um Plano de Opção de Ações e, portanto, não tem por objeto a outorga e o exercício de opções por parte dos Participantes. Uma vez manifestada a vontade de aderir ao Plano e ao respectivo Programa por meio da assinatura do Termo de Adesão, os Participantes deverão comprovar a realização do investimento e a plena e legítima titularidade e propriedade das "Ações Próprias" adquiridas até a "Data Término de Aquisição", definida em cada Programa a ser aprovado anualmente pelo Conselho de Administração. Uma vez

satisfeitas as condições de investimento e permanência na Companhia estabelecidas no Plano e no respectivo Programa, e desde que observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, a Companhia transferirá, por meio de operação privada, formalizada em Contrato de Cessão, para os Participantes: (i) 1/3 das Ações Plano, após 12 (doze) meses da data da celebração do Termo de Adesão; (ii) 1/3 das Ações Plano, após 24 (vinte e quatro) meses da data da celebração do Termo de Adesão; e (iii) 1/3 das Ações Plano, após 36 (trinta e seis) meses da data da celebração do Termo de Adesão.

k) Forma de liquidação

O Plano de Incentivo será liquidado mediante a transferência de ações em tesouraria.

l) restrições à transferência das ações

O Período de Lock-Up será de 12 (doze) meses (i) contados a partir da Data Término de Aquisição, para Ações Próprias e (ii) contado a partir da data da aquisição de propriedade, através de transferência, por meio de cessão das Ações Plano.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O direito dos Participantes ao recebimento das "Ações Plano" nos termos do Plano, respectivo Programa e Contrato de Cessão será extinto automaticamente e sem qualquer direito à indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, caso a Companhia venha a ser dissolvida, liquidada ou se tiver sua falência decretada. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, às leis e normas societárias em geral ou outras que possam afetar os termos do presente Plano, poderá levar à revisão integral do Plano, dos Programas e Contratos de Cessão de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Desligamento de um Participante, exceto no caso de Aposentadoria Acordada, o Participante perderá o direito ao recebimento da propriedade das Ações Plano ainda pendentes de transferência de titularidade pela Companhia sob este Plano, qualquer Programa e Contrato de Cessão, o qual restará automaticamente resilido na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de Aposentadoria Acordada, o Participante fará jus ao recebimento da totalidade das Ações Plano ainda pendentes de cessão pela Companhia, conforme previsto no Contrato de Cessão.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de (i) falecimento, ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o

representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecido nesta cláusula, da totalidade das Ações Plano ainda pendente de transferência pela Companhia, conforme previsto no Contrato de Cessão.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer regras diversas sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida ou conforme necessário para cumprir com outras leis aplicáveis.

2. Plano de Ações Restritas

2.1. Principais características do plano proposto:

a. Termos e condições gerais

Em 23 de dezembro de 2021, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o Plano de Ações Restritas da Companhia.

b. Os principais objetivos do plano

O Plano estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo por meio da outorga de Ações Restritas de emissão da Companhia aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço elegíveis da Companhia, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas.

c. A forma como o plano contribui para esses objetivos

Por meio da concessão, ao Participantes, da oportunidade de receberem Ações Restritas mediante o cumprimento das condições estipuladas no Plano.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

Trata-se de incentivo de longo prazo, o qual compõe o potencial de ganho dos Participantes, representando essencialmente um incentivo à retenção de pessoal-chave. Insere-se na estratégia de alinhamento de objetivos e interesses no longo prazo, visando privilegiar a geração de valor agregado e sustentabilidade para a Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano constitui instrumento incentivador para a busca de ações de médio e longo prazo que gerem valor agregado para a Companhia e se reflitam na valorização de suas ações no mercado. Nesse sentido, os Participantes são estimulados a buscar resultados sustentáveis que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo. O Plano alinha os interesses de seus beneficiários com os interesses dos acionistas da Companhia, na medida em que possibilita que os Participantes tornem-se acionistas da Companhia, estimulando uma gestão eficiente, atraindo e retendo os profissionais altamente qualificados e gerando crescimento e valor para a Companhia. Os mecanismos que permitem o

alinhamento de interesses dos Participantes ao longo do tempo incluem, por exemplo, os prazos de vesting para a efetiva transferência das ações.

f. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

O Plano estará limitado a uma Diluição Societária Referencial máxima de até 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia representado por ações ordinárias na data de aprovação de cada Programa.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano não tem por objeto a outorga e o exercício de opções por parte dos Participantes.

h. Condições de aquisição de ações

A aquisição do direito ao exercício das Ações Restritas ("Vesting") estará sujeita ao cumprimento cumulativo:

(1) da Meta de Performance Mínima, caso estabelecida para o respectivo Participante em seu Contrato de Ações Restritas aprovado pelo Conselho de Administração; e

(2) do respectivo prazo de carência, observado o seguinte:

(a) caso o Contrato de Ações Restritas inclua Meta de Performance Mínima como condição da outorga de Ações Restritas, o prazo de carência será aplicável de forma gradual, em período não superior a 4 (quatro) anos, em parcelas iguais e anuais de até 1/4 (um quarto) das Ações Restritas sendo que, desde que atingida ou superada a Meta de Performance Mínima, a primeira parcela tornar-se-á exercível pelo Participante a partir do 1º dia útil do ano civil seguinte ao ano da Data de Verificação (conforme definida abaixo) e as demais no 1º dia útil dos anos civis subsequentes ("Prazo de Carência com Meta de Performance Mínima"); e

(b) Caso o Contrato de Ações Restritas não inclua Meta de Performance Mínima, a outorga das Ações Restritas será imediata, porém o prazo de carência aplicável à totalidade das Ações Restritas determinado em período não superior a 4 (quatro) anos ("Prazo de Carência sem Meta de Performance Mínima" e, em conjunto com o Prazo de Carência com Meta de Performance Mínima, "Prazo de Carência").

A verificação do cumprimento da Meta de Performance Mínima de cada Contrato de Ações Restritas, caso aplicável, deverá ocorrer em reunião do Conselho de Administração a ser realizada até o final do mês de abril subsequente ao exercício social correspondente à Meta de Performance Mínima ("Data de Verificação").

Em caso de atingimento da Meta de Performance Mínima do Contrato de Ações Restritas, caso aplicável, o *Vesting* de cada uma das parcelas anuais das Ações Restritas ocorrerá à medida em que for sido cumprido o respectivo Prazo de Carência com Meta de Performance Mínima ("Ações Restritas Vested").

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável, uma vez que o Plano estabelece que o Participante receberá as Ações Restritas após o cumprimento do Vesting e não há previsão de pagamento de preço de exercício pelas Ações Restritas.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

O Participante poderá exercer as Ações Restritas Vested durante o prazo máximo de exercício decadencial de 2 (dois) meses, a partir da respectiva data de Vesting ("Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas"). O exercício das Ações Restritas será feito mediante entrega do competente Termo de Exercício de Ações Restritas devidamente preenchido e assinado pelo Participante. O Diretor de Relações com Investidores poderá estabelecer a qualquer tempo restrições para o exercício das Ações Restritas ou a venda das Ações resultantes da liquidação dos exercícios, em datas que coincidam com períodos de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia. Caso o Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas coincida com período de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, o Prazo Máximo de Exercício das Ações Restritas poderá ser suspenso durante o período de vedação, sendo retomada a contagem do prazo restante para exercício tão logo cessada a vedação à negociação.

k. Forma de liquidação

Exercida a Ação Restrita, o Conselho de Administração autorizará a Diretoria a realizar a liquidação do exercício das Ações Restritas mediante a utilização das Ações mantidas em tesouraria ou mediante pagamento em dinheiro de quantia equivalente à quantidade de Ações Restritas, multiplicadas pelo Valor da Ação Restrita, conforme item 1.2. do Plano. Em ambos os casos, o valor dos Proventos será pago em dinheiro.

l. Restrições à transferência de ações

As Ações Restritas são pessoais e intransferíveis, não podendo, em hipótese alguma, ser cedidas, transferidas ou empenhadas a quaisquer terceiros, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, ressalvadas as exceções previstas na Cláusula 17 (Morte)**m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Plano poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Ações Restritas ainda em aberto concedidas com base nele.

m. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Pedido de Demissão

Em caso de Pedido de Demissão, o Participante terá o direito de exercer as Ações Restritas Vested, no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contado da data do Desligamento. Todas as Ações Restritas ainda não exercíveis ("**Ações Restritas Unvested**"), restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Para fins deste Plano, o termo "**Pedido de Demissão**" significa o término da relação jurídica do Participante com a Companhia nas hipóteses de pedido de demissão ou renúncia ao cargo.

Desligamento sem Justa Causa

Em caso de Desligamento sem Justa Causa, caberá única e exclusivamente ao Conselho de Administração decidir se todas as Ações Restritas que tenham sido concedidas ao Participante, sejam elas Ações Restritas Vested ou Ações Restritas Unvested, restarão automaticamente extintas.

Para fins deste Plano, o termo "**Desligamento sem Justa Causa**" significa o término da relação jurídica do Participante com a Companhia nas hipóteses de substituição ou não reeleição como administrador estatutário e rescisão, sem justa causa ou comum acordo, de contrato de trabalho.

Desligamento por Justa Causa Em caso de Desligamento por Justa Causa, todas as Ações Restritas que lhe tenham sido concedidas, sejam elas Ações Restritas Vested ou Ações Restritas Unvested, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Para fins do presente Plano, o termo "**Desligamento por Justa Causa**" significa o término da relação jurídica do titular da Ação Restrita com a Companhia por justa causa, nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Participantes que sejam empregados e, no caso dos Participantes que sejam administradores não-empregados, as seguintes hipóteses: (a) desídia do Participante no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; (b) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (c) a prática, pelo Participante, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou suas controladas ou coligadas; (d) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Participante e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, desde que devidamente comprovado; (e) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário; (f) descumprimento do Estatuto Social, do Código de Ética e Conduta e demais disposições societárias aplicáveis ao Participante, como administrador; e (g) descumprimento das obrigações previstas na Lei das S.A., aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da Lei das S.A.

Aposentadoria ou Invalidez Permanente

No caso de Aposentadoria ou invalidez permanente do Participante, todas as Ações Restritas Vested poderão ser exercidas no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contados da data de Aposentadoria ou da constatação de invalidez permanente do Participante, e todas as Ações Restritas Unvested poderão ser exercidas em seus prazos e regras normais de Vesting, sujeito à condição de que o Participante não atue em empresa concorrente e eventuais condições adicionais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Considera-se "**Aposentadoria**", para os fins deste Plano, o término da relação jurídica do titular da Ação Restrita com a Companhia por efetivo encerramento da carreira e aposentadoria do Participante, mediante aprovação caso-a-caso do Conselho de Administração, a seu exclusivo critério. Caso o pedido de Aposentadoria seja de iniciativa do próprio Participante, ao avaliar o pedido o Conselho de

Administração levará em consideração (i) a antecedência do pedido, a ser formulado com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência; (ii) o eventual plano de atividade profissional pós-desligamento do Participante, que não deverá contemplar qualquer atuação em atividades concorrentes com as da Companhia; (iii) outras circunstâncias aplicáveis ao caso. A decisão do Conselho de Administração será discricionária e desvinculada das regras para aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, nos termos das regras da previdência oficial (INSS) ou das regras para suplementação de aposentadoria de qualquer plano privado eventualmente patrocinado pela Companhia.

Na hipótese de vir a ser constatada a atuação do Participante em atividades concorrentes com as da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Ações Restritas Unvested em aberto que tenham sido concedidas ao Participante.

Morte

No caso de morte do Participante, todas as Ações Restritas Unvested tornar-se-ão exercíveis antecipadamente. As Ações Restritas Vested ou Unvested estender-se-ão aos seus herdeiros e sucessores, por sucessão legal ou por imposição testamentária, podendo ser exercidas no todo ou em parte pelos herdeiros, sucessores ou cônjuges meeiros do Participante, no prazo decadencial de 12 (doze) meses, contado da data do falecimento.

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Com relação às outorgas recepcionadas nos termos do Plano de Incentivo:

Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo recepcionado no exercício social encerrado em 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compra de ações		
Data de outorga	-	21/12/2021
Quantidade de opções outorgadas	-	254.477
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	-	113.852 em 15/07/2021 113.852 em 15/07/2022 26.709 em 15/07/2023
Prazo máximo para exercício das opções	-	113.852 em 15/07/2021 113.852 em 15/07/2022 26.709 em 15/07/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	-	(*)
Valor justo das opções na data da outorga	-	N/D

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de Membros	**-**	**1**
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	140.595
Data em que se tornarão exercíveis	-	113.886 em 15/07/2022 26.709 em 15/07/2023
Prazo máximo para exercício das opções	-	N/A
Preço médio ponderado de exercício	-	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	N/A
Opções exercíveis		
Quantidade	-	113.882
Prazo máximo para exercício das opções	-	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Preço médio ponderado de exercício	-	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	N/A

13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

13.8 - Precificação das ações/opções

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

Considerando que o valor das outorgas do Plano de Incentivo depende do valor das ações da Companhia, que varia ao longo do tempo, a apropriação do plano para ano de 2021 considerou preço de fechamento do papel em 31 de dezembro de 2021.

13.9 - Participações detidas por órgão

A participação detida pelos membros da administração no capital social da Companhia em dezembro de 2021 correspondia aos valores abaixo:

Nome	Nº de Ações	% de Participação no Total
Conselho de Administração	64.883.870	67,4%
Diretoria	786.427	0,8%
Conselho Fiscal	-	0,0%
Subtotal	65.670.297	67,4%
Total	**96.226.962**	**100,0%**

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não patrocina planos de previdência complementar em benefício de seus funcionários e administradores

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	5,20	2,00	N.A.
Número de Membros Remunerados	5,20	2,00	N.A.
Valor da Maior Remuneração Individual (1)	112.500	3.364.912	N.A.
Valor da Menor Remuneração Individual (2)	9.167	78.000	N.A.
Valor Médio da Remuneração Individual	109.936	1.772.556	N.A.

(1) O valor da maior remuneração individual foi apurado considerando informações a partir de julho, quando administradores passarama receber remuneração pela Terra Santa Propriedades Agrícolas.
(2) O valor da menor remuneração individual para Conselho de Administração e Diretoria Estatutária foi apurado considerando informações a partir de julho, quando administradores passarama receber remuneração pela Terra Santa Propriedades Agrícolas.
Obs: Não houve instalação de Conselho Fiscal no exercício de 2021

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	N/A	N/A	N/A
Número de Membros Remunerados	N/A	N/A	N/A
Valor da Maior Remuneração Individual	N/A	N/A	N/A
Valor da Menor Remuneração Individual	N/A	N/A	N/A
Valor Médio da Remuneração Individual	N/A	N/A	N/A

2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	N/A	N/A	N/A
Número de Membros Remunerados	N/A	N/A	N/A
Valor da Maior Remuneração Individual	N/A	N/A	N/A
Valor da Menor Remuneração Individual	N/A	N/A	N/A
Valor Médio da Remuneração Individual	N/A	N/A	N/A

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Conforme previsto na política de remuneração da Companhia, poderão ser negociados ou atribuídos aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês, a critério do Conselho de Administração, obrigações e/ou benefícios pós-emprego, representados dentre outros por: (a) seguro de pessoas; (b) plano de saúde; e (c) obrigações de não concorrência. Adicionalmente, poderá haver a atribuição de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração e com a devida divulgação, nos termos das normas aplicáveis.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que a companhia não possui acionista controlador.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021.

Além disso, cumpre ressaltar que nos 3 últimos exercícios sociais, os administradores da TS Brasil S.A. (anteriormente subsidiária da Terra Santo Agro S.A. e, agora, subsidiária da Companhia) não receberam remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas em função do exercício do cargo na TS Brasil S.A. ou quaisquer outras ainda que não relacionadas ao exercício de cargo na TS Brasil S.A. (como serviços de consultoria, entre outros exemplos).

13.16 - Outras informações relevantes

Demonstrações Financeiras e Remuneração dos Administradores

A Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021 no contexto da reorganização societária da Terra Santa Agro, a qual foi conduzida por seus antigos acionistas para viabilizar a venda da operação agrícola da Terra Santa Agro para a SLC Agrícola S.A. Como resultado dessa reorganização societária, a Companhia se tornou uma *holding* não operacional, cuja sua subsidiária TS Brasil (anteriormente subsidiária da Terra Santo Agro), é a atual responsável pela gestão das terras e benfeitorias localizadas nas terras que pertenciam à Terra Santa Agro, visto que a TS Brasil não foi parte da referida transação.

Em decorrência do exposto acima, as demonstrações financeiras da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020 e 2019 utilizadas como base para este Formulário de Referência estão sendo apresentadas considerando os registros contábeis históricos da TS Brasil, tendo em vista o controle comum, e que refletem a substância econômica das operações da Companhia como se ela já existisse na data dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020 e 2019, as quais são utilizadas como base para este Formulário de Referência, correspondem às demonstrações financeiras da TS Brasil, sendo que, em 31 de março de 2021, a Terra Santa Agro integralizou, na Companhia, acervo líquido representado, dentre outros, pelo seu investimento na TS Brasil. Em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e primeiros 6 meses de 2021, os administradores da Companhia não receberam qualquer remuneração, uma vez que renunciaram à sua remuneração pelo exercício de suas atividades na Companhia, sendo que somente receberam remuneração decorrente de suas funções exercidas exclusivamente na Terra Santa Agro (sua antiga controladora). A partir do segundo semestre de 2021, quando a concessão do registro de companhia aberta da Terra Santa Propriedades Agrícolas e conclusão da combinação de negócios da SLC Agrícola e Terra Santa Agro, os administradores passaram a receber remuneração pelo exercício de suas atividades na Companhia. Neste sentido, os itens 13.1.b.ii, 13.2, 13.3 e 13.11 deste Formulário de Referência refletem o racional descrito acima.

Para mais informações sobre a Reorganização Societária, vide item 15.8 do Formulário de Referência.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 13.